Quadro Negro

Especial

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal
Ano XLIII - Nº 206 | Setembro/2022

www.sinprodf.org.br

VOTE EM QUEM LUTA PARA A EDUCAÇÃO

O Brasil que a gente precisa só será possível quando a educação pública for tratada como investimento e não como gasto. Pilar da democracia, ela deve ser plural, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Isso passa pelo seu voto.

Eleições 2022
Conheça a história dos(as) candidatos(as) antes de decidir em quem votar (p.5)

Quem foi quem
Como parlamentares atuaram no Congresso Nacional e na CLDF quando o tema é educação (p.20)

Olho no partido
Saiba como os partidos políticos se posicionaram em pautas que atingem a classe trabalhadora (p.34)

Fake news
Veja dicas de como não ser alvo da desinformação nas eleições de 2022 (p.38)

EXPEDIENTE

Expediente
Site: www.sinprodf.org.br
E-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa e Divulgação:
Letícia Montandon (coordenadora), Cleber Soares, Samuel Fernandes.

Jornalistas: Alessandra Terribili, Carla Lisboa, Danielle Freire, Geovanna Santos, Letícia Sallorenzo, Luis Ricardo Machado, Vanessa Galassi.

Projeto gráfico, diagramação e capa:
Eduardo G. Antero

Fotos: Arquivo do Sinpro, Deva Garcia, Joelma Bonfim e Luzo Comunicação
Tiragem: 40.000 exemplares

Assessoria Legislativa
Rafaela Ribeiro Tavares

SINPRO DF ® Filiado: CUT CNTE
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO-DF
GESTÃO 2022-2025

Administração e Patrimônio
Gilza Lucia (coordenadora)
Ana Bonina
Júlio Barros

Assuntos Culturais
Bernardo Távora (coordenador)
Fátima de Almeida
Leilane Costa

Assuntos de Raça e Sexualidade
Márcia Gilda (coordenadora)
Carlos Fernandez
Ana Cristina Machado

Assuntos de Saúde do Trabalhador
Élbia Pires (coordenadora)
João Braga
Rodrigo Teixeira

Assuntos dos Aposentados
Elineide Rodrigues (coordenadora)
Consuelita Oliveira
Chicão

Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras
Mônica Caldeira (coordenadora)
Silvana Fernandes
Regina Célia

Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Socioeconômicos
Dimas Rocha (coordenador)
Ricardo Gama
Lucilene Kátia

Finanças
Luciana Custódio (coordenadora)
Luciano Matos
Solange Buosi

Formação Sindical
Vanilce Diniz (coordenadora)
Hamilton Caiana
Levi Porto

Imprensa e Divulgação
Letícia Montandon (coordenadora)
Cleber Soares
Samuel Fernandes

Organização e Informática
Fernando Reis (coordenador)
Anderson Corrêa
Ritinha Olly

Política Educacional
Cláudio Antunes (coordenador)
Berenice Darc
Carlos Maciel

Políticas Sociais
Raimundo Kamir (coordenador)
Joana Darc
Alberto Ribeiro

Nas eleições, vote para a

A cada quatro anos, nós, o povo brasileiro, escolhemos nossos representantes estaduais/distritais e nacionais. Concedemos a eles e a elas poderes especiais e temporários, que a depender de como são usados, tornam o dia a dia de brasileiros e brasileiras mais árduo ou mais justo, seja na economia, na saúde, na segurança, na educação.

É nesse último ponto que vamos focar. Afinal, somos do magistério público. Nos últimos anos, sentimos na pele, todos os dias, as dificuldades de um setor estrategicamente atacado no campo econômico e político, justamente por parte daqueles e daquelas que foram eleitos(as) por nós.

No campo econômico, a principal estratégia é a construção da narrativa de que investimento em educação é gasto. Com isso, "justificam" rombos no caixa da educação e o desmonte do setor estratégico para a democracia, a justiça e a equidade. No campo político, negam a pedagogia como ciência e invocam supostos fantasmas de "doutrinação" nas escolas para tirar a liberdade de cátedra dos(as) professores(as) e reduzir a importância e o papel da educação na formação de cidadãos críticos e capazes.

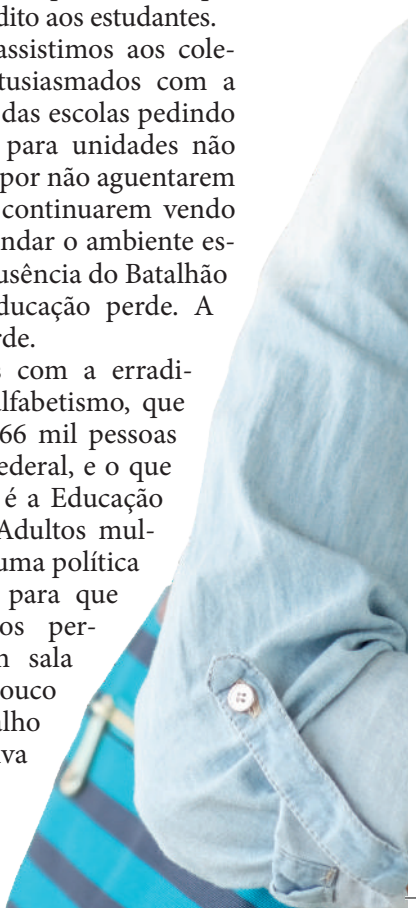
A materialização disso se apresenta em gestões incompetentes, incipientes, irresponsáveis e incapazes de darem conta dos desafios mais básicos. Qual o resultado disso no nosso dia a dia?

Queremos dar o melhor de nós para nossos(as) estudantes, mas nos deparamos com salas superlotadas, turmas dispersas e aulas que, nesse tipo de ambiente, não rendem. A educação perde. A sociedade perde.

Ansiamos poder contribuir na formação de crianças e jovens em todos os aspectos sociais e políticos da vida. Mas nos vemos limitados por projetos, muitas vezes impostos por decreto, que decidem o que pode e, principalmente, o que não pode ser dito aos estudantes.

Também assistimos aos colegas antes entusiasmados com a militarização das escolas pedindo transferência para unidades não militarizadas por não aguentarem a opressão e continuarem vendo a violência rondar o ambiente escolar com a ausência do Batalhão Escolar. A educação perde. A sociedade perde.

Sonhamos com a erradicação do analfabetismo, que ainda atinge 66 mil pessoas no Distrito Federal, e o que encontramos é a Educação de Jovens e Adultos multietapa, nenhuma política de incentivo para que esses cidadãos permaneçam em sala de aula, tampouco algum trabalho de busca ativa



EDUCAÇÃO!

desses cidadãos que têm desrespeitados seus direitos a uma vida digna. E, depois, ouvimos o governo dizer que "sobram vagas de EJA". A educação e a cidadania perdem, juntas.

Essa realidade da educação distrital também encontra eco em toda a educação nacional: profissionais esgotados física e mentalmente, à beira da depressão ou residentes nela, com salários insuficientes, tendo que dar conta de turmas cada vez maiores e defronte ordens de agentes externos sem nenhum preparo pedagógico, que foram despejados nas escolas. A educação perde. Todos e todas nós perdemos.

Temos neste ano, daqui poucos dias, a possibilidade de traçar novos rumos para a educação e para nossa vida. Mais do que nunca, precisamos escolher candidatos e candidatas que se comprometem com a educação, que criam possibilidades de um futuro melhor para cada um de nós e para o Brasil.

É por isso que, às vésperas de mais um pleito eleitoral que definirá os nomes que ocuparão os cargos de presidente da República, governador, senador, deputado federal e distrital, o Sinpro lança a campanha ***Nas eleições, vote para a educação!*** O objetivo é deixar evidente a você, eleitor(a), que as mudanças que queremos passam diretamente pelo nosso voto.

Neste sentido, apresentamos esta edição especial do jornal Quadro Negro, que mais uma vez reúne informações necessárias para ajudar você a decidir o seu voto.

Nele, falamos sobre as iniciativas populares históricas em defesa da democracia, realizadas recentemente, que reuniram os diversos setores da sociedade e comprovaram que não há mais espaço para retrocesso.

Abordamos também as principais propostas para a educação apresentadas no plano de governo dos(as) candidatos(as) que estão à frente nas intenções de voto para a presidência da República, para o Governo do Distrito Federal e para o Senado Federal.

Ainda nesta edição, trazemos as principais pautas da educação que tramitaram ou tramitam no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa do DF, e mostramos como os(as) parlamentares se posicionaram sobre os temas.

Por fim, mostramos a orientação dos partidos políticos em projetos que impactam diretamente na vida dos(as) servidores(as) do magistério público e de toda a classe trabalhadora.

Esperamos que esta edição do *Quadro Negro* contribua para a sua decisão na hora de apertar o "confirma" na urna eletrônica.

Nas eleições, vote para a educação! Seu voto vale muito!

Boa leitura!

Setores da sociedade se unem por democracia e marcam história do Brasil

Sindicalistas, políticos, empresários, representantes de movimentos sociais, juristas, artistas, ex-ministros e diversos outros setores da sociedade protagonizam manifestações pró-democracia. As ações respondem ao indicativo de golpe que vem sendo alastrado pelo presidente da República caso ele, que se recandidata ao cargo, não vença as eleições de 2022.

O pontapé inicial das manifestações que invocam um Estado democrático de direito foi dado com a "Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!", organizada pela Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo) e lançada dia 11 de agosto. O documento ultrapassou 1 milhão de assinaturas, e o Sinpro foi um dos signatários.

Na esteira da carta da USP, até a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) se articulou com outros setores para lançar o manifesto "Em Defesa da Democracia e da Justiça". O texto foi lido no dia 11 de agosto, na USP.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também lançou seu próprio manifesto defendendo o processo eleitoral. "Temos orgulho e confiança no modelo do sistema eleitoral de nosso país, conduzido de forma exemplar pela Justiça Eleitoral", diz trecho do documento.

Um grupo de 112 delegados da Polícia Civil de vários estados se somou às iniciativas e lançou documento em defesa da democracia. No texto chamado "Carta Aberta dos Delegados de Polícia pela Democracia", os policiais citam Ulysses Guimarães e afirmam: "Temos ódio e nojo à ditadura!".

O Coletivo USP pela Democracia lançou, no dia 15 de agosto, o manifesto "A democracia no Brasil corre risco". O documento foi apresentado com a presença das professoras Marilena Chaui, Ermínia Maricato e Adriana Alves, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as intenções de voto para a presidência da República, e do ex-ministro Fernando Haddad, candidatos ao governo de São Paulo pelo PT.

Também na toada da defesa da democracia e das eleições livres, o deputado federal André Janones (Avante-MG), que tem se revelado um fenômeno nas redes sociais, e Eduardo Moreira, diretor do Instituto Conhecimento Liberta, propuseram a "Carta do Povo", que tem mais de 100 mil assinaturas.

A Coalizão Direitos Valem Mais, composta pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e outras organizações da sociedade civil, lançou manifesto que marca sua posição sobre a política econômica atual e o que espera de uma nova gestão do Executivo e dos mandatos do Legislativo. "Na visão das integrantes da Coalizão, as decisões sobre a economia devem atender as demandas das pessoas negras, indígenas, periféricas e do campo, e buscar um caminho para a superação da crise atual que não prejudique ainda mais a vida dessa população". O Sinpro-DF é um dos signatários do manifesto.

Com o objetivo de assegurar o processo eleitoral democrático em curso, ainda foi criada a Rede da Legalidade, pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A iniciativa é inspirada na Campanha da Legalidade criada em 1961, por Leonel Brizola.

Embora sejam vários documentos distintos, todos têm o mesmo objetivo: **assegurar o processo eleitoral democrático em curso, seriamente ameaçado por informações falsas regadas a ódio e autoritarismo.**

VOTO PARA A EDUCAÇÃO

Em quem votar para defender a educação?

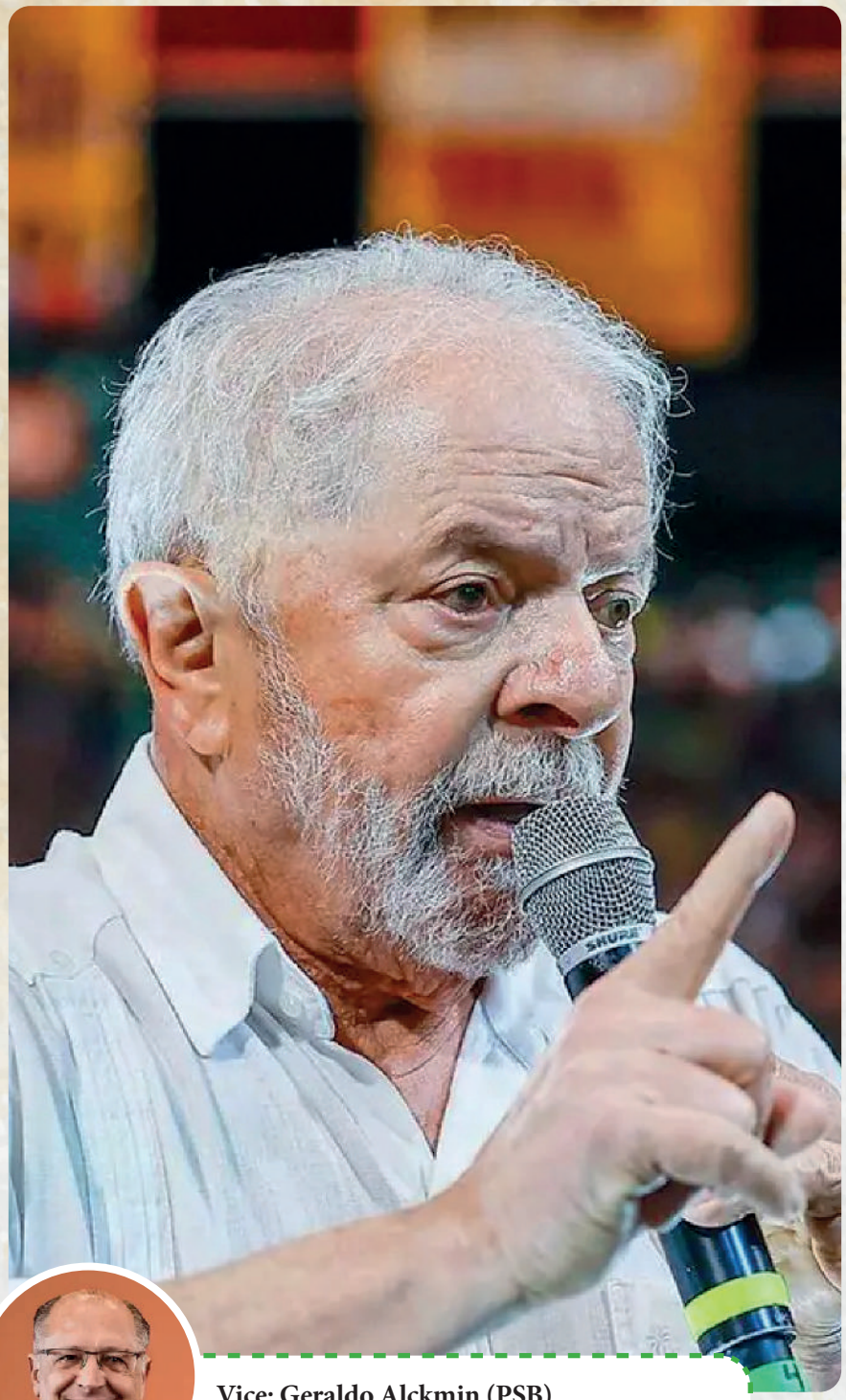
Quais candidatos(as) escolher nas eleições de 2022? A pergunta que deve ser levada a sério é comum de ser ouvida em casa, no trabalho, no bate-papo com amigos. Antes de mais nada, é essencial lembrar que essas escolhas não devem ser feitas exclusivamente com base nas emoções. É importante analisar alguns critérios na hora de votar nos(as) candidatos(as) e, consequentemente, decidir o futuro do DF e do Brasil.

Conhecer a história dos(as) candidatos(as), saber da sua atuação, da sua postura ética, do seu plano de governo são questões que devem ter peso na hora de apertar "confirma" na urna eletrônica.

Para auxiliar nessa escolha, o Sinpro-DF realizou um resumo das propostas para a educação apresentadas no plano de governo dos(as) principais candidatos(as) majoritários(as). Para presidente da República, foram escolhidos os três candidatos que lideram as intenções de voto. Já para governador(a) do DF e senador(a), ampliamos a lista para os(as) quatro primeiros nas intenções de voto. Para presidente da República, foi considerada a pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada no dia 18 de agosto. Já para governador e senador do DF, o filtro da escolha dos(as) candidatos(as) teve como base a pesquisa Correio/Opinião, divulgada no dia 23 de agosto.

Confira e reflita. Seu voto vale muito!

Presidente



Lula (PT)

Quem é? *Ex-metalúrgico, ex-sindicalista e ex-presidente do Brasil. Entre os feitos para a educação, criou o Fundeb, o ProUni e o Fies. Também sancionou lei criando o piso nacional para os professores da educação básica, além de desenvolver projetos direcionados à formação de nível superior para docentes. Foi acusado de corrupção e ficou preso durante 580 dias por crimes que não cometeu. O STF anulou todas as acusações cometidas contra ele.*

Principais propostas para a educação

- *Fortalecer a "educação pública universal, democrática, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica e inclusiva, com valorização e reconhecimento público de seus profissionais".*
- *Retomar o Plano Nacional de Educação, que incorpora pautas econômicas e pedagógicas dos(as) servidores(as) do magistério público.*
- *Realizar programa de recuperação educacional "concomitante à educação regular".*
- *Resgatar o projeto democrático de educação, que dialogue com o desenvolvimento nacional.*
- *Inserir o respeito à diversidade na educação e em todos os espaços sociais.*
- *Dar continuidade às políticas de cotas sociais e raciais.*
- *Recompor o "sistema nacional de fomento do desenvolvimento científico e tecnológico, via fundos e agências públicas como o FNDCT, o CNPq e a CAPES".*
- *Universalizar o acesso à internet de qualidade, especialmente na rede pública de educação básica.*

Vice: Geraldo Alckmin (PSB)
Médico, foi eleito o vereador mais jovem da sua cidade natal: Pindamonhangaba (SP), em 1972, onde também foi prefeito. Já foi deputado estadual, deputado federal e governador de São Paulo por quatro mandatos.

VOTO PARA A EDUCAÇÃO

Dá pra acreditar em Lula?

▶ Em 2008, Lula sancionou a lei do piso nacional de professores da educação básica. A correção do piso é estabelecida em lei.

▶ Ao que tudo indica, o governo Lula foi o primeiro a não tratar educação como gasto, mas como investimento. Em 2002, o orçamento para o MEC foi de R$ 49,3 bilhões. Em 2015 (já governo Dilma), o orçamento foi de R$ 151,7 bilhões.

▶ A política de valorização da educação aplicada em nível nacional respaldou professores(as) e orientadores(as) educacionais no avanço em melhores planos de carreira nos estados. Foi o caso da carreira do magistério público do DF.

▶ Durante os governos Lula, foram implementados programas de incentivo de formação superior para professores(as), como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

▶ Na gestão do petista, foi assegurada merenda também aos estudantes do ensino médio por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

▶ Com o Pronatec, realizado no governo Lula, o Brasil garantiu, em quatro anos, 9,49 milhões de matrículas em cursos profissionalizantes. Gratuitos, os cursos eram feitos no Sistema S, nas escolas técnicas federais e estaduais.

▶ No governo do PT, foram criadas 18 novas universidades e 178 novos câmpus. Além disso, com o auxílio de propostas como a Lei de Cotas, ProUni e Fies, mais pessoas negras e pessoas de baixa renda puderam acessar o ensino superior. Em 2003, início da gestão do petista, o Brasil possuía 3,94 milhões de estudantes no ensino superior. Em 2009, segundo o Censo da Educação Superior, foram registrados 9 milhões.

▶ O Fundeb foi criado em 2006, no governo Lula. Com o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, os repasses da União para estados e municípios cresceram para R$ 3,9 bilhões, e chegaram a R$ 15,98 bilhões em 2015.

▶ De 2003, início do governo Lula, a 2009, o percentual de jovens com 16 anos e diplomados no Ensino Fundamental subiu de 56% para 67%.

Presidente

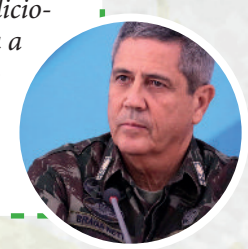
Jair Bolsonaro (PL)

Quem é? *Militar reformado. Foi deputado federal por 27 anos. Na educação, se empenha em projetos como a militarização das escolas e o Escola sem Partido, conhecido como Lei da Mordaça. Tem uma série de falas polêmicas, como: mulher deve ganhar salário menor porque engravida e trabalhador tem que escolher entre mais direitos ou emprego. É o atual presidente da República do Brasil.*

Principais propostas para a educação

- *Fortalecer o ensino direcionado ao aprendizado de matérias obrigatórias.*
- *Investir em ferramentas tecnológicas direcionadas à Educação Básica, como o Graphogame, aplicativo para alfabetização.*
- *Ampliar o ensino a distância em locais que tenham poucas ou nenhuma unidade escolar.*
- *Promover política pública para formação em tecnologia.*
- *Levar 5G aos municípios, de forma a beneficiar a educação e outras áreas sociais.*
- *Melhorar posição do Brasil nos rankings da educação.*
- *Fortalecer planos de carreira e remuneração.*
- *Fortalecer a gestão democrática e redefinir a distribuição de recursos para a educação.*

Vice: Braga Netto (PL)
Militar da reserva, enquanto ministro da Defesa de Bolsonaro, publicou ordem do dia celebrando a ditadura militar. Ameaçou as eleições de 2022 ao condicionar o pleito ao voto impresso. Quando comandou a Casa Civil, tornou-se alvo do TCU em recomendação de processo que apura "graves omissões" enquanto coordenador do Comitê de Crise do Governo no combate à Covid-19.



VOTO PARA A EDUCAÇÃO

Dá pra acreditar em Bolsonaro?

▶ No governo de Jair Bolsonaro, o comando do Ministério da Educação passou por cinco nomes. Segundo Bolsonaro, a indicação de seus ministros é feita com base em critérios técnicos. Entretanto, o primeiro ministro, Ricardo Vélez Rodríguez, caiu após ser flagrado pedindo que escolas filmassem, sem autorização prévia, professores, alunos e funcionários cantando o hino nacional, e que fosse lida uma carta de sua autoria, finalizada com o slogan de campanha de Bolsonaro. O segundo ministro da pasta, Abraham Weintraub, saiu praticamente foragido do Brasil após insultar ministros do STF. O terceiro ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli, teve passagem relâmpago pela pasta, pois inventou título de doutor em seu currículo Lattes. O quarto ministro da Educação, Milton Ribeiro, é citado no caso de corrupção que liberava verbas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) por meio de propinas, juntamente com os também pastores Arilton Moura e Gilmar Santos. O pagamento era feito até com barras de ouro.

▶ Bolsonaro fala em valorização dos servidores do magistério público em seu plano de governo, mas deu reajuste zero para professores da educação básica em 2021, tentou zerar, também em 2022, e, após pressão da categoria e conquista do reajuste nesse ano, quis protagonizar a atualização de 33% do piso salarial dos professores. Entretanto, o cálculo de reajuste não depende de vontade do presidente de plantão, mas de lei publicada em 2008.

▶ O plano de governo de Bolsonaro propõe a continuação de políticas que sequer foram instituídas, como, por exemplo, o reforço "das ações de promoção das políticas de formação e valorização dos professores, fortalecendo os planos de carreira e remuneração, melhorando as condições de trabalho e saúde, fornecendo formação inicial e continuada".

▶ Após dois anos de pandemia, Bolsonaro impôs corte bilionário ao orçamento de 2022 do MEC. De acordo com pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o gasto público com a educação, em 2021, foi o menor desde 2012. Os investimentos no setor estão em queda desde o impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff.

▶ Em junho deste ano, o governo federal cortou R$ 200 milhões do orçamento das universidades federais. O montante foi direcionado ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), ligado ao agronegócio.

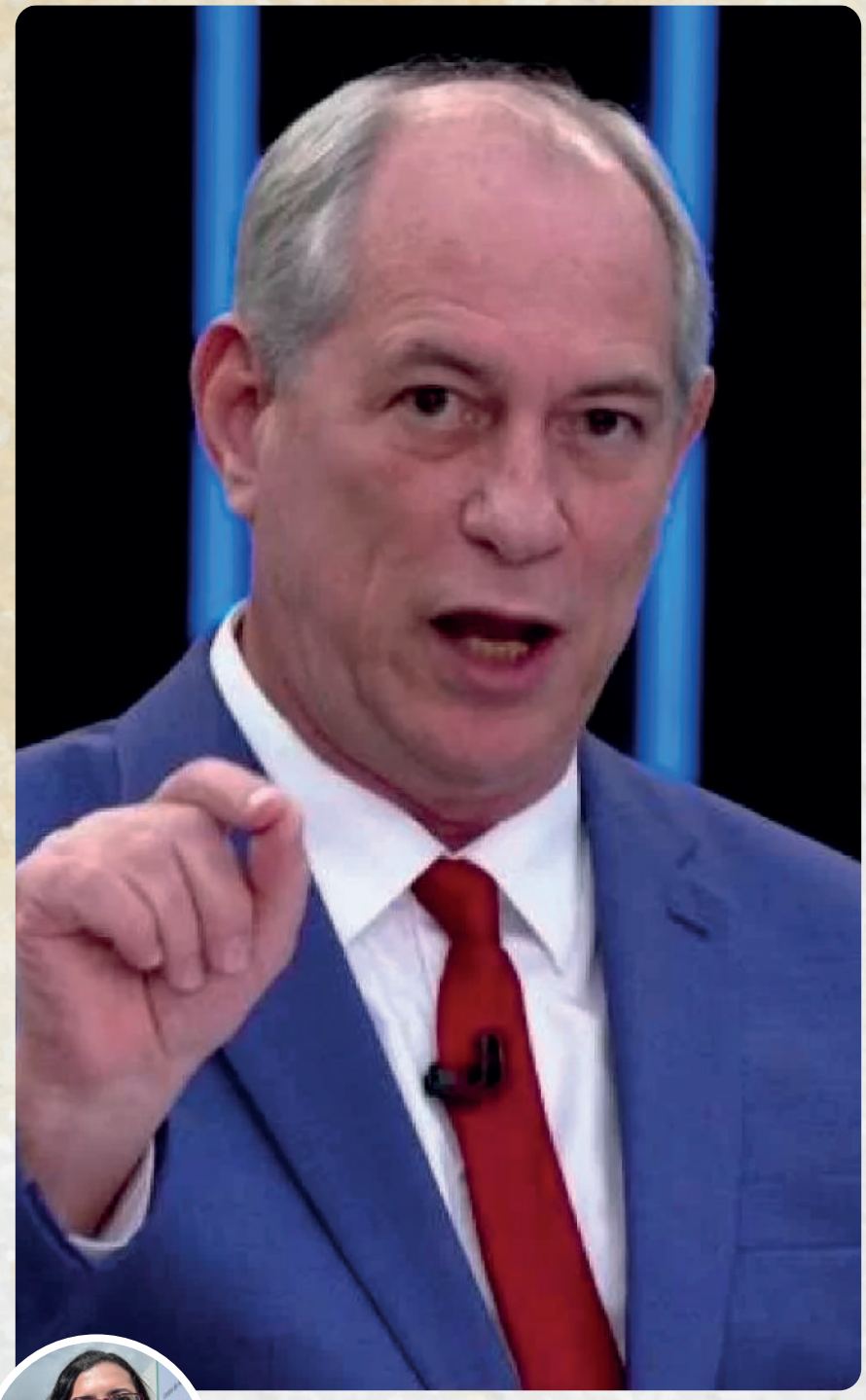
▶ Durante o momento mais agudo da pandemia, o governo Bolsonaro chegou a incentivar a volta às aulas, mesmo com as crianças e adolescentes sem vacina, colocando em risco suas vidas. Liberadas as vacinas contra a Covid-19 para crianças, o próprio presidente da República foi figura-chave no desincentivo à vacinação.

▶ Embora o plano de governo de Bolsonaro indique maior acesso de crianças e adolescente às escolas, seu governo registrou a maior evasão escolar dos últimos 14 anos, e atingiu principalmente meninos e meninas de 5 a 9 anos.

▶ O plano de governo de Bolsonaro cita termos como "democratização da internet nas escolas" e "conectividade". Mas ele vetou a garantia do acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e professores da educação básica pública. A proposta estava no PL 3.477/2020, e o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional, após intensa mobilização dos(as) servidores(as) da educação.

▶ Para a educação básica, Bolsonaro defendeu ferrenhamente durante seu mandato a proibição de conteúdos que abordassem sexualidade, gênero, pluralidade e diversidade, ou qualquer outro que incentivasse o pensamento crítico. Ele chama isso de doutrinação nas escolas.

Presidente



Ciro Gomes (PDT)

Quem é? *Advogado, professor universitário e político brasileiro. Foi deputado estadual e federal, prefeito de Fortaleza, governador do Ceará, ministro da Fazenda e ministro da Integração Nacional. Na educação, incentivou o ensino em tempo integral no estado do Ceará. É conhecido por ter "pavio curto", e virou meme na internet após ir a Paris no momento decisivo das eleições de 2018.*

Principais propostas para a educação

- *Valorizar e fortalecer a pesquisa científica e tecnológica, com ações conjuntas com empresas.*
- *Incentivar o financeiro para as escolas que "alcançam bom desempenho".*
- *Desenvolver competências socioemocionais e atividades de cultura e lazer.*
- *Disseminar em todo o país o programa "Mais Primeira Infância", sobre o desenvolvimento infantil.*
- *Implementar o Ensino Fundamental progressivamente integral.*
- *Disseminar o Ensino Médio profissionalizante em tempo integral.*
- *Adotar "um amplo programa de formação e capacitação de professores".*
- *Realizar concurso público para professores e gestores escolares.*

Vice: Ana Paula Matos (PDT)
Vice-governadora de Salvador (BA), é professora de graduação e pós-graduação. Tem carreira marcada pela atuação em empresas privadas e estatais.

VOTO PARA A EDUCAÇÃO

Dá pra acreditar em Ciro?

► Ciro Gomes fala em incentivar o financeiro para as escolas que "alcançam bom desempenho". Entretanto, o desenvolvimento inadequado de escolas se deve, também, à falta de investimento financeiro. A proposta pode ser um tiro no pé e perpetuar situações prejudiciais à educação.

► Vários municípios do Ceará têm bons índices de qualidade da educação pública. O resultado é reflexo de projetos direcionados ao setor, realizados também durante o governo de Ciro Gomes como governador do Ceará.

► Embora fale sobre a valorização dos servidores do magistério público, Ciro Gomes não cita o Plano Nacional de Educação em seu plano de governo para as eleições 2022.

► Em seu plano de governo, Ciro Gomes cita parceria com empresas para valorizar a pesquisa científica e tecnológica. É preciso acender o sinal de alerta para tal proposta, pois sem as devidas regras, abre-se brecha à privatização do ensino.

Acesse o QR Code e veja o plano de governo completo dos(as) candidatos(as) à presidência da República nas eleições de 2022

Governador(a)

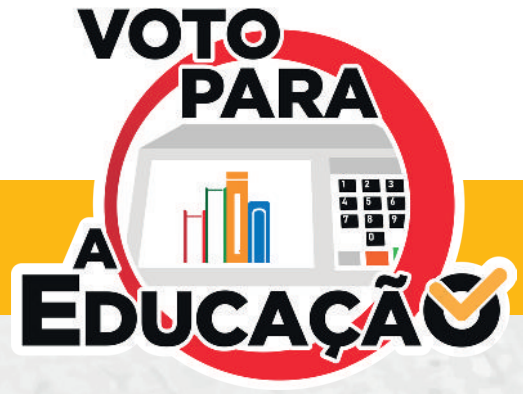
Ibaneis Rocha (MDB)

Quem é? *Advogado milionário, já foi presidente da OAB. Teve como uma das propostas de campanha nas eleições de 2018 investir o próprio dinheiro em ações sociais, o que não foi verificado durante o mandato como governador do DF. Na educação, se mostrou resistente às pautas apresentadas pela categoria do magistério público.*

Principais propostas para a educação

- *Ampliar as Escolas de Gestão Compartilhada (militarizadas) "a fim de atingir o objetivo de 40 Colégios Cívico-Militares até o final de 2026".*
- *Investir em escolas modulares (normalmente feitas com latão).*
- *Usar todas as avaliações disponibilizadas e ter o Ideb como referência de avaliação para concessão de benefícios.*
- *Ampliar o atendimento escolar para a faixa etária de 0 a 3 anos.*
- *Garantir oferta de matrícula perto da residência ou trabalho.*
- *Garantir o atendimento adequado aos estudantes que necessitam de educação especial.*
- *Garantir o acesso universal à internet.*
- *Implantar o Sistema Educa DF Digital, com utilização de plataformas de ensino e avaliação, além de dispositivos móveis e a utilização de softwares livres de informação e educação.*

Vice: Celina Leão (PP)
Deputada federal, é formada em Administração de Empresas e graduada em Direito. Foi relatora – e favorável – do texto-base de projeto conhecido como "fura fila", que permitia à iniciativa privada comprar vacina contra a Covid-19 para vacinar seus empregados, repassando o mesmo tanto para o SUS.



Dá pra acreditar em Ibaneis?

► Em quatro anos de governo, Ibaneis recebeu o Sinpro apenas duas vezes, e em ambas se mostrou inflexível quanto ao atendimento das pautas de reivindicação da categoria.

► Ibaneis só realizou o pagamento da última parcela do reajuste salarial conquistado em 2013 e devida desde 2015 após ser derrotado na Justiça. Mesmo com a decisão judicial, Ibaneis se recusa a pagar o retroativo do reajuste.

► Concurso público para o magistério só veio à pauta de Ibaneis no último ano de governo. Ainda assim, o certame foi publicado com vagas insuficientes. O saldo de vacâncias de professores(as) concursados das escolas públicas nos últimos cinco anos é de mais de 5 mil.

► Ao mesmo tempo em que se recusou a realizar concurso público para o magistério, o governo de Ibaneis Rocha aumentou o número de professores em regime de contratação temporária, que embora exerçam a mesma função de professores(as) efetivos(as), têm vínculo empregatício com direitos desiguais. Dados da própria SEE-DF mostram que o número de professoras(es) em regime de contratação temporária representa 40% do total de professoras(es) efetivos(as), o dobro do que é permitido em instituições de ensino federais.

► O plano de governo de Ibaneis não faz menção ao Plano Distrital de Educação. Em toda a gestão, Ibaneis ignorou completamente todos os pontos do PDE.

► Houve desmonte da educação especial durante a gestão Ibaneis Rocha. Além disso, crianças e adolescentes com deficiência ficaram sem monitores.

► No plano de governo, Ibaneis diz que quer erradicar o analfabetismo. Mas durante sua gestão, fechou turmas da EJA.

► Em plena alta da Covid-19, o GDF decidiu ampliar em até 60% o número de estudantes por turma na rede pública. Essa foi a primeira vez em 15 anos que o governo realizou a Estratégia de Matrícula sem a parceria do Sinpro. Entre os resultados, a superlotação das salas de aula e professores(as) esgotados(as).

► Ibaneis não combateu a reforma da Previdência de Bolsonaro e a tornou ainda mais cruel para os(as) servidores(as) do DF. A alíquota de contribuição foi de 11% para 14%. Para aposentados(as), o estrago foi ainda maior. Com as alterações, professores(as) aposentados, por exemplo, tiveram descontos em seus salários que passaram de R$ 1 mil.

► Durante governo Ibaneis, a equação pandemia *versus* reabertura das escolas foi jogada no colo de gestores(as), que enfrentaram grandes dificuldades sem o respaldo de uma política educacional.

► Durante a pandemia, Ibaneis não criou políticas públicas que viabilizassem o ensino remoto. Professores(as) e orientadores(as) educacionais tiraram do próprio bolso para não deixar que crianças e adolescentes do DF ficassem sem o direito à educação.

► Mesmo com a manutenção dos casos de violência, aumento da evasão escolar, casos de abuso da força policial nas escolas e posicionamento contrário do Ministério Público, Ibaneis quer ampliar o número de escolas militarizadas no DF.

► Segundo reportagem de 2020 da Folha de São Paulo, o escritório de advocacia de Ibaneis Rocha "foi condenado em primeira instância a devolver R$ 3,3 milhões aos cofres da Prefeitura de Jacobina", na Bahia. A condenação se deve ao desvio de verbas do antigo Fundef, atual Fundeb. Segundo a Folha, "pelo menos R$ 332 milhões de verba do Fundo foram usados para pagar honorários de advogados".

► Em 2020, Ibaneis foi indiciado pela Polícia Federal por crime eleitoral na campanha de 2018. Ele é acusado de omitir gastos na prestação de contas. O valor, de mais de R$ 1 milhão, teria lançado candidatas "laranjas". O relatório da polícia aponta que o valor foi repassado às candidatas copartidárias de Ibaneis, mas o recurso teria sido usado para pagamento de militância de rua do atual governador do DF.

► O governo Ibaneis estaria envolvido em fraudes de gastos milionários com a decoração natalina do centro de Brasília. O caso é investigado pela Polícia Civil do DF, na Operação Brasília Iluminada. Estimado em R$ 23 milhões, o negócio teria sido realizado com contratações de fachada. O objetivo seria beneficiar empresários ligados ao governo.

► O governo Ibaneis Rocha também foi marcado pelo superfaturamento nas compras de testes de baixa qualidade de Covid-19, caso ocorrido no pico da pandemia no DF, em 2020. Segundo a operação Falso Negativo, o rombo nos cofres públicos foi estimado pela investigação em cerca de R$ 30 milhões. A operação resultou na prisão da cúpula da Secretaria de Saúde do DF, inclusive do então secretário, Francisco Araújo. Em 2021, Ibaneis condecorou Araújo com o título de "comendador" da Ordem do Mérito Bombeiro Militar do Distrito Federal Imperador Dom Pedro II.

► O ex-secretário de Saúde preso por corrupção também é um dos supostos envolvidos no esquema de peculato e organização criminosa, além de um contrato superfaturado em R$ 33 milhões para serviços de informática do Instituto de Gestão Estratégica em Saúde (Iges). O esquema é investigado pela operação Malware.

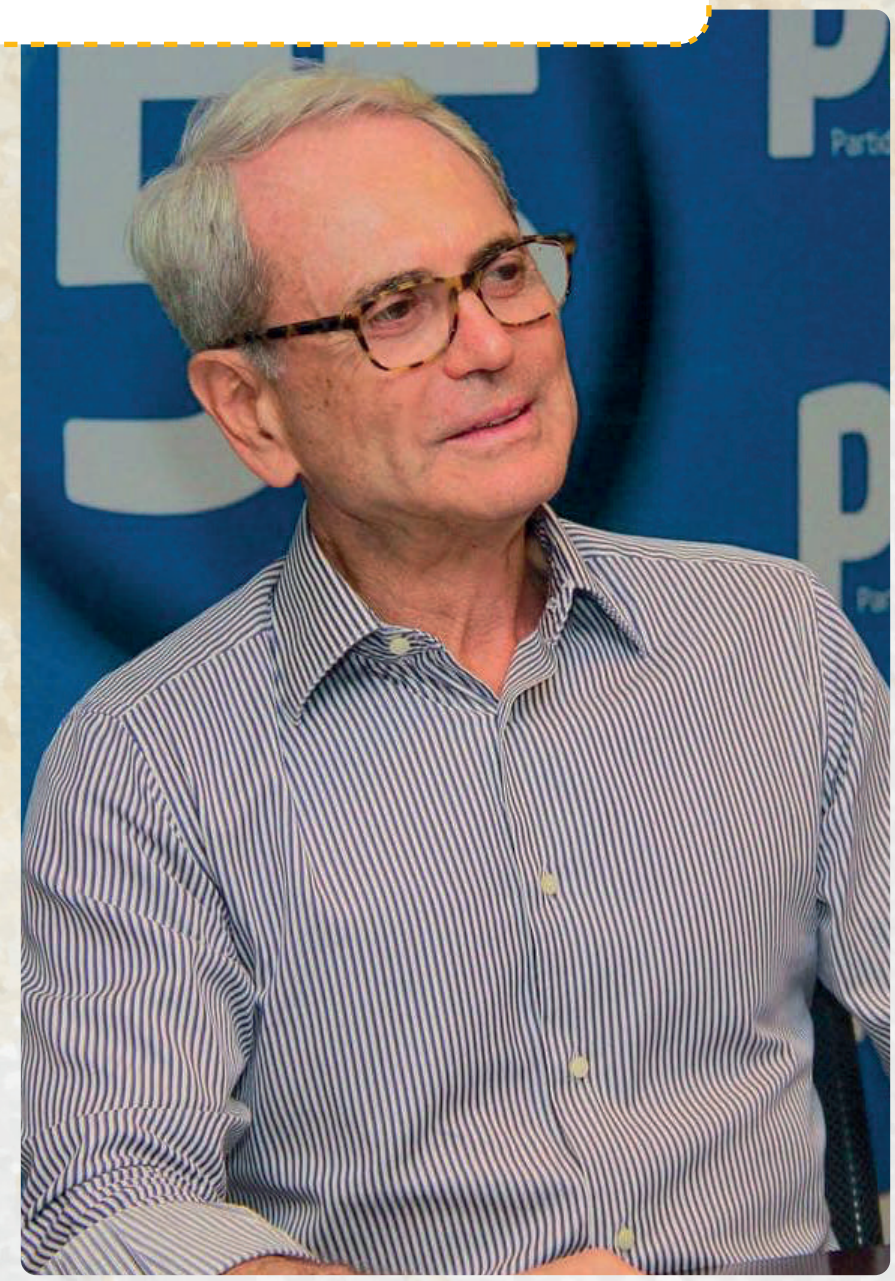
► Em reportagem de 2021 do jornal Estadão, foi revelado que o governador Ibaneis Rocha teve uma cota de R$ 15 milhões de verbas federais. O valor, vindo do orçamento secreto, teve parte enviada a municípios do Piauí, onde o governador tem fazendas.

► No dia 17 de agosto deste ano, Janaína Araújo, de 44 anos, morreu enquanto aguardava atendimento na fila do Cras do Paranoá. Segundo testemunhas, ela tentava atendimento há oito dias para ter acesso a benefícios sociais. Ibaneis chegou a dizer que se havia fila no Cras é porque havia benefício.

Governador(a)

Paulo Octávio (PSD)

Quem é? *Advogado, empresário do ramo imobiliário e ex-político. Foi deputado federal, senador, vice-governador e governador interino do DF, tendo renunciado por falta de apoio político. Dos(as) candidatos(as) ao governo do DF, é o que tem, disparado, o maior valor em bens declarados: R$ 618.868.229,48.*

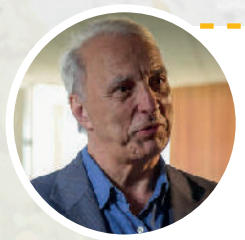


Principais propostas para a educação

- *Expandir cursos de capacitação para jovens, com construção de dez escolas profissionalizantes e criação de atividades extracurriculares para funcionamento das escolas aos fins de semana.*
- *Ampliar creches e implementar educação em tempo integral.*
- *Erradicar o analfabetismo e fazer a busca ativa dos alunos que estão em evasão escolar.*
- *Aumentar a segurança e vigilância, com trabalho preventivo, para reduzir violência escolar.*
- *Qualificar e valorizar os profissionais da docência.*

Dá pra acreditar em Paulo Octávio?

- Em sua proposta de governo, Paulo Octávio não menciona nenhuma vez o Plano Distrital de Educação.
- Não cita pluralidade, diversidade ou laicidade em seu programa de governo para a educação.
- Quando deputado federal, defendeu a criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal.
- Em 2010, o Ministério Público do DF e Territórios iniciou processo na Justiça contra irregularidades realizadas pela Paulo Octávio Investimento Imobiliários na construção do Shopping JK, em Taguatinga. Com isso, Paulo Octávio foi condenado a realizar compensação ambiental e urbanística pelos danos apresentados. Para sanar a dívida, foram construídas duas escolas – uma na Ceilândia e outra em Sol Nascente – e realizada a revitalização do Parque do Cortado, em Taguatinga. Embora tenham sido obras realizadas por determinação judicial, apoiadores de Paulo Octávio abordam as construções como uma benesse do agora candidato ao governo do DF.



Vice: Felipe Belmonte (PSC)
Advogado, apoiou Bolsonaro e "financiou pessoas próximas ao capitão enquanto atuava como lobista da mineração em terras indígenas junto ao Palácio do Planalto", como denuncia a revista Carta Capital.

VOTO PARA A EDUCAÇÃO

Leila do Vôlei (PDT)

Quem é? *Política e esportista brasileira. É senadora e já foi secretária de Esportes e Lazer. No Congresso Nacional, votou a favor de projetos de interesse da educação.*

Principais propostas para a educação

- *Realizar reforço escolar, com contratação de professores(as) temporários(as).*
- *Ampliar a jornada escolar para sete horas.*
- *Ampliar número de monitores.*
- *Reforçar segurança com Batalhão Escolar.*
- *Dar fim às escolas de lata.*
- *Gerar 30 mil novas vagas para crianças de 0 a 5 anos.*
- *Implementar o 14º salário com atingimento de metas de avaliação.*
- *Realizar campanha permanente contra o racismo, a LGBTfobia, o machismo, a violência, o bullying e a intolerância no espaço escolar.*

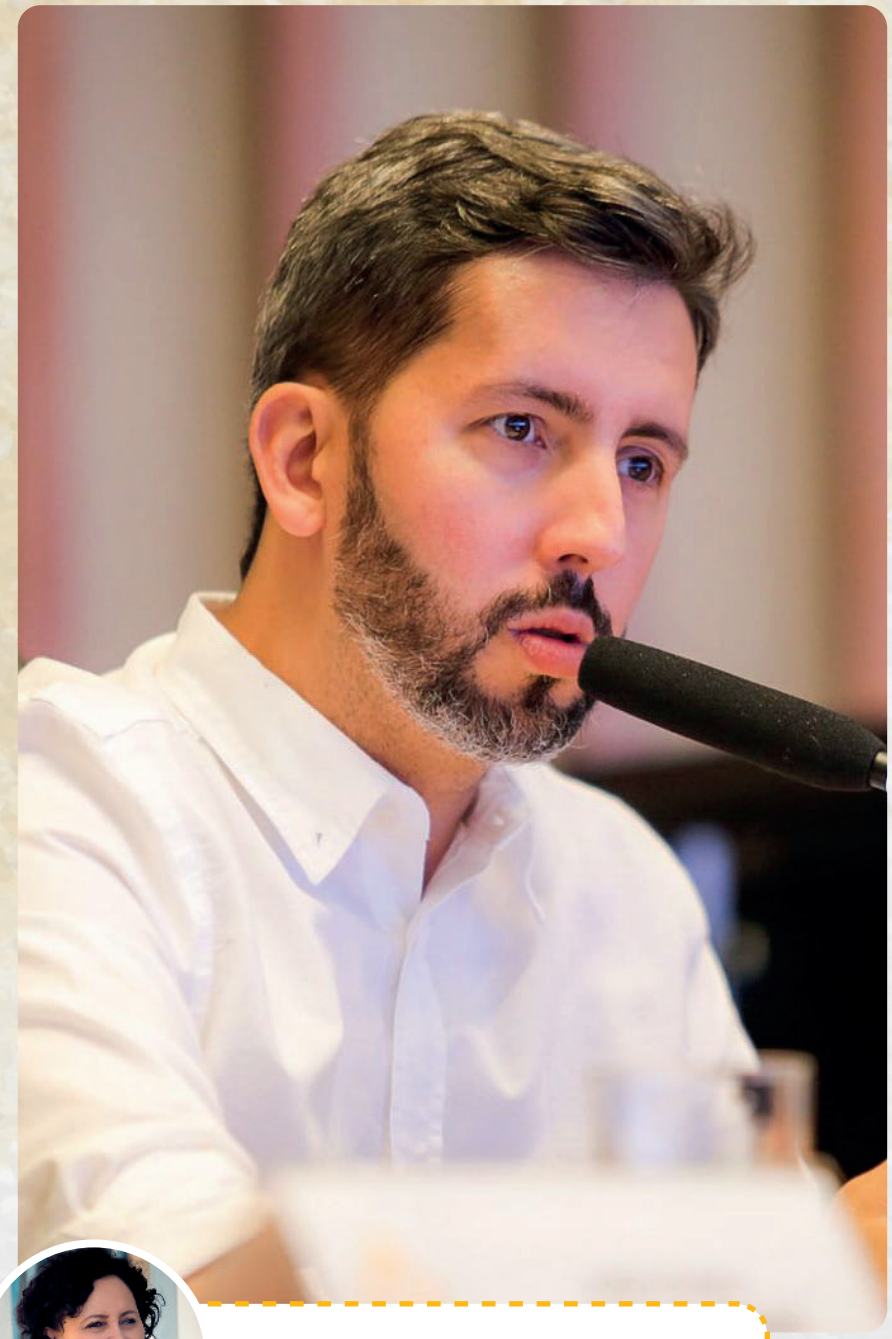
Dá pra acreditar em Leila?

- Leila pretende reforçar o ensino com ampliação de professores(as) em regime de contratação temporária. Com isso, a candidata indica freio à realização de concurso público e negligencia o papel e a importância dos(as) professores(as) efetivos(as). No DF, há 13 mil professores(as) em regime de contratação temporária. O número representa cerca de 40% do quadro de professores(as) efetivos(as). Se implementado o programa, professores(as) substitutos(as) poderão perder a oportunidade de se tornarem efetivos, já que, em tese, não haveria realização de concurso público.
- Como Senadora, votou contra a privatização da Eletrobrás e a favor da privatização do saneamento básico.
- Em votações importantes no Senado, como Reforma da Previdência, regras para o teto de gastos, flexibilização das relações de trabalho e trabalho voluntário remunerado com meio salário mínimo, Leila votou a favor do trabalhador.
- O programa de governo da candidata cita inclusão e cuidado à população LGBTQIA+.

Guilherme Campelo (PDT)

Advogado, é sócio do escritório Campelo Bezerra Advogados Associados com forte atuação nos tribunais superiores. Compôs o Movimento INOVOAB na disputa pela OAB/DF, que se autointitulava como "3ª via" no processo realizado em 2021.

Governador(a)



Leandro Grass (PV)

Quem é? *Professor e pesquisador nas áreas de Sociologia, Políticas Públicas, Cultura e Educação. Faz doutorado em Gestão Pública na UnB. Professor, é atualmente deputado distrital. Na Câmara Legislativa, votou sempre com a educação e a classe trabalhadora.*

Principais propostas para a educação

- Ampliar a educação integral em escolas em tempo integral, com práticas desportivas, artísticas, culturais, científicas e profissionalizantes.
- Garantir internet livre às comunidades e estudantes do DF.
- Resgatar o Plano Distrital de Educação (PDE) e avançar para cumprir suas metas.
- Fortalecer a Gestão Democrática no DF.
- Desmilitarizar as escolas públicas, a partir de debates com a comunidade.
- Implementar política de formação em rede, "inspirada nos princípios de Paulo Freire, tendo como temas geradores a cultura de paz, a saúde integral, o apoio e proteção social, a valorização e conexão entre saberes, o respeito à diversidade e a promoção da equidade".
- Aliar o ensino fundamental e médio "à formação profissionalizante e aos cursos no Ensino Superior".
- Potencializar a justiça social por meio de políticas afirmativas de gênero, de raça e de acessibilidade.
- Incentivar o esporte "como atividade formadora e orientadora de crianças e jovens e passível de plenitude para pessoas adultas e idosas".

Vice: Olgamir Amancia (PCdoB)
Por 30 anos, foi professora da rede pública de ensino do DF. É ex-decana de Extensão da UnB, onde é docente de licenciatura e se tornou mestre e doutora em Educação. Foi diretora do Sinpro-DF e a primeira secretária da Mulher do DF, de 2011 a 2014. Na pasta, atuou pelo fortalecimento das Casas Abrigo e dos Núcleos de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica.

VOTO PARA A EDUCAÇÃO

Dá pra acreditar em Leandro Grass?

- Como deputado, apresentou projeto de lei pela desmilitarização das escolas públicas do DF.

- Na CLDF, foi contra a aprovação da reforma da Previdência e, consequentemente, contra o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14%. Leandro também lutou pelos(as) professores(as) aposentados(as), que tiveram descontos de mais de R$ 1 mil nos salários.

- Denunciou casos de corrupção no funcionalismo público do DF, como o que deu origem à operação Falso Negativo.

- Se posicionou contra propostas que desencadeavam na privatização do ensino público ou no desvio de verba do setor público para a educação privada.

- Nas votações na CLDF, foi contrário a projetos que desvalorizam os(as) profissionais da educação e negam a pedagogia como ciência, como o ensino domiciliar.

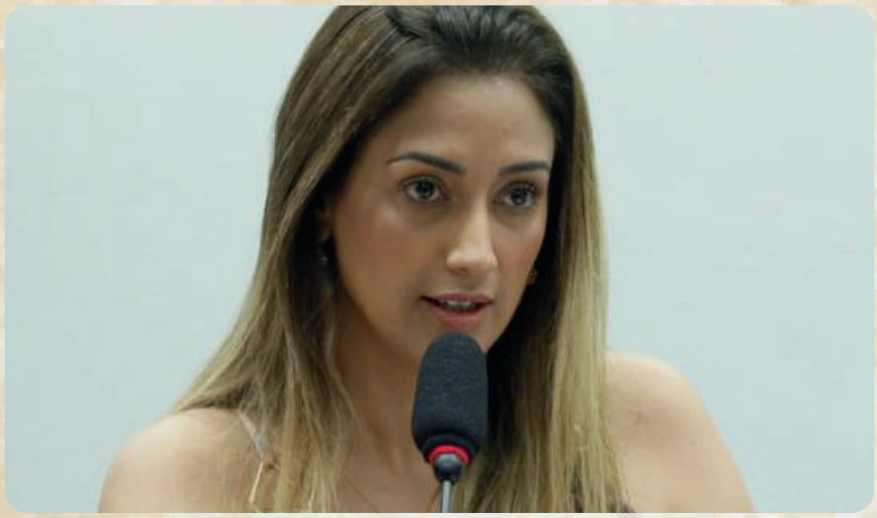
- O Plano Distrital de Educação é citado em seu programa de governo como marco para mensuração do déficit educacional no Distrito Federal.

- Em seu plano de governo, pensa em concurso público de forma racional, motivada por questões de recursos humanos: "Um contingente grande de servidores já aposentou e as vagas foram extintas ou ocupadas por cargos de confiança, geralmente com nomeações de interesse político acompanhadas, em muitos casos, de desconhecimento técnico."

Acesse o QR Code e veja o plano de governo completo de candidatos(as) ao governo do DF e ao Senado pela bancada do DF

Os planos de governo dos(as) candidatos(as) ao Senado pelo DF não constam no site do TSE. O Sinpro-DF recorreu aos canais de comunicação oficiais dos(as) candidatos(as) para fazer o levantamento das propostas desses candidatos para a educação.

Senador(a)



Flávia Arruda (PL)

Quem é? *Advogada, empresária e política. Foi apresentadora de TV, deputada federal e Secretária-Geral de Governo na gestão Bolsonaro. Foi avaliada como a pior parlamentar do Distrito Federal, segundo o Índice Legisla Brasil.*

Principais propostas

▶ Enquanto candidata ao Senado, não foram encontradas propostas de Flávia Arruda para a educação. A pesquisa foi feita nos canais de comunicação oficiais de Flávia Arruda, até dia 23 de agosto.

Damares Alves (Republicanos)

Quem é? *Advogada, pastora evangélica e política brasileira. Foi assessora parlamentar da bancada evangélica por décadas. Ministra licenciada da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, é conhecida por posicionamentos avessos aos direitos humanos, como a manutenção da gravidez de uma menina de dez anos estuprada pelo padrasto.*

Principais propostas

▶ Enquanto candidata ao Senado, não foram encontradas propostas de Damares Alves para a educação. A pesquisa foi feita nos canais de comunicação oficiais de Damares Alves, até dia 23 de agosto.

Joe Valle (PDT)

Quem é? *Engenheiro florestal. Foi deputado distrital por dois mandatos e presidente da Câmara Legislativa do DF de 2015 a 2018. É empresário do ramo de produção de hortaliças, leite, grãos e comércio de produtos orgânicos.*

Principais propostas

▶ Enquanto candidato ao Senado, não foram encontradas propostas de Joe Valle para a educação. A pesquisa foi feita nos canais de comunicação oficiais de Joe Valle, até dia 23 de agosto.

VOTO PARA A EDUCAÇÃO

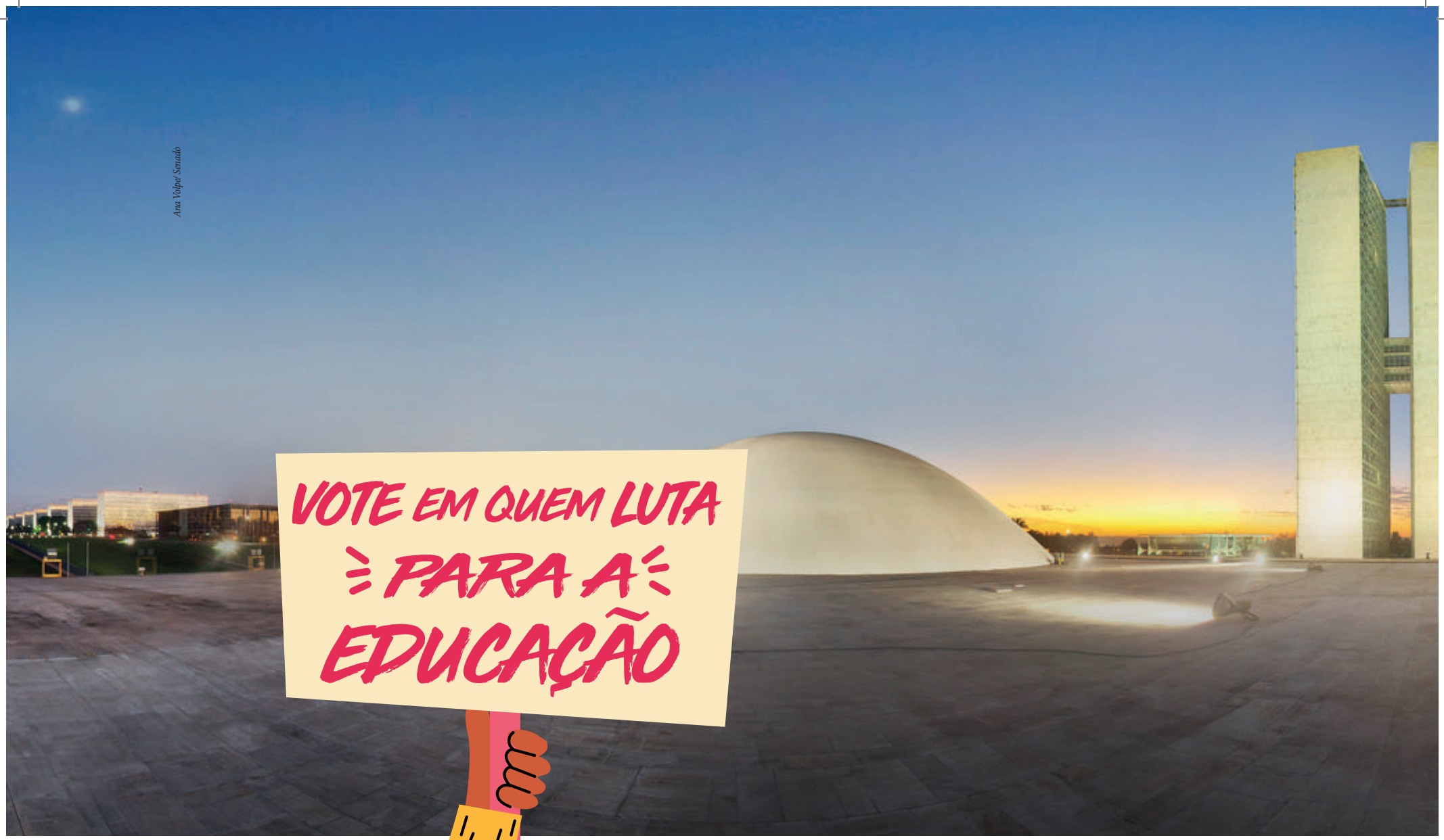
Rosilene Corrêa (PT)

Quem é? *Professora aposentada da rede pública de ensino do DF. Atua há décadas em defesa da educação pública, dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais do DF. É ex-dirigente do Sinpro-DF, dirigente licenciada da CUT e da CNTE. Nos espaços de luta, sempre esteve à frente de negociações e movimentos grevistas da categoria do magistério público do DF e da classe trabalhadora em geral.*

Principais propostas para a educação

- Defesa da ampliação do acesso à educação.
- Defesa da educação de qualidade, da creche à universidade.
- Apresentação de propostas e destinação de recursos para a construção de creches.
- Viabilização de projetos que tratam da valorização dos(as) profissionais do magistério público e da educação.
- Proposição de projetos para ampliação de vagas no ensino superior e fortalecimento da UnB, da UnDF e dos IFs.
- Defesa das cotas como mecanismo de inclusão sociais e igualdade racial.
- Apoio a propostas que concedem aumento salarial e melhoria das condições de trabalho para o magistério público e para todos(as) os(as) profissionais da educação.
- Retomar concursos públicos para todas as áreas da educação.

Acesse o QR Code e veja sites que podem auxiliar na pesquisa sobre candidatos(as)



Ana Volpe/Senado

Quem foi quem quando o tema é educação

A educação pública foi um dos setores mais falados e também atacados nos últimos seis anos. Base da democracia, o setor recebeu, no DF e no Brasil, uma série de propostas que vão na contramão da educação projetada para formar cidadãos críticos. Poucas foram as iniciativas que beneficiaram o setor e, consequentemente, a sociedade.

A poucos dias das eleições de 2022, é importante saber quem defendeu e quem atacou a educação pública no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa do DF. E isso deve ser levado em consideração na hora de escolher os representantes da categoria do magistério público no próximo dia 2 de outubro.

Veja algumas das principais propostas que atingem a educação na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na Câmara Legislativa, e como os(as) parlamentares se posicionaram.

CONGRESSO NACIONAL

Teto de Gastos (EC 95/2016)

A Emenda Constitucional nº 95, também conhecida como "PEC da Morte", congelou os investimentos da União em políticas sociais por 20 anos. A regra tem causado o desmantelamento de políticas públicas estruturantes à sociedade brasileira e prejudicado o crescimento do país. O novo regime fiscal entrou em vigor em 2017. A emenda é resultado da PEC 241/2016.

Autoria: Poder Executivo (governo Michel Temer)

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

Câmara dos Deputados

Erika Kokay (PT)

Rôney Nemer (PP)

Senado Federal

Helio José (PMDB)

Reguffe (s/ partido)

Cristovam Buarque (PPS)

VOTOU CONTRA A CATEGORIA

Câmara dos Deputados

Alberto Fraga (DEM)

Augusto Carvalho (Solidariedade)

Izalci (PSDB)

Laerte Bessa (PR)

Rogério Rosso (PSD)

Ronaldo Fonseca (PROS)

Reforma da Previdência (PEC 6/2019)

Prioritária para o governo Jair Bolsonaro, o texto impôs mais tempo de contribuição, aumentou a idade para se aposentar, diminuiu o benefício da aposentadoria e retirou/alterou direitos sociais imprescindíveis para a construção de uma sociedade economicamente mais justa. A PEC impactou diretamente a vida de 200 milhões de pessoas. No DF, a reforma, não rebatida pelo governo Ibaneis, aumentou a alíquota previdenciária de 11% para 14%. Com as mudanças adotadas em nível distrital, professores(as) e orientadores(as) educacionais aposentados(as) chegaram a ter descontos nos salários que passaram de R$ 1 mil.

Autoria: Poder Executivo (governo Bolsonaro)

Câmara dos Deputados

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

Erika Kokay (PT)

Prof. Israel (PSB)

Luis Miranda (DEM)

Flávia Arruda (PL)

Celina Leão (PP)

Paula Belmonte (Cidadania)

Julio Cesar Ribeiro (PRB)

Bia Kicis (PSL)

VOTOU CONTRA A CATEGORIA

Senado Federal

Leila do Vôlei (PSB)

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

Izalci (PSDB)

Reguffe (Podemos)

Reforma Administrativa (PEC 32/2020)

A reforma Administrativa traz um conjunto de regras que representa o desmonte dos serviços públicos, com sérios ataques aos(às) servidores(as) do DF, de estados, municípios e da União. Ao contrário do que diz o ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, os prejuízos recaem não só sobre os futuros servidores, mas também sobre ativos, aposentados e pensionistas. Na contramão do que é divulgado, o resultado seria a ampliação das desigualdades sociais e a inviabilização de um Estado forte e soberano. A reforma Administrativa foi enviada pelo governo à Câmara em setembro de 2020, aprovada pela CCJ e pela Comissão Especial, mas diante da pressão de centrais sindicais, sindicatos e servidores públicos de todo país, não seguiu tramitação. Isso porque o governo não obteve os 308 votos necessários para levar à aprovação da matéria. Ainda não há definição sobre quando o texto voltará a tramitar.

Do DF, a única parlamentar que chegou a votar foi Bia Kicis, por compor a CCJ. Demais parlamentares apenas se posicionaram quanto ao tema.

Autoria: Poder Executivo (governo Bolsonaro)

Câmara dos Deputados

Erika Kokay (PT)

Prof. Israel (PSB)

Luis Miranda* (Republicanos)

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

**Luis Miranda mudou de lado após o irmão, servidor público, ter virado alvo de investigação pelo Secretário-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, depois da divulgação de irregularidades no contrato de compra das vacinas da Covaxin.*

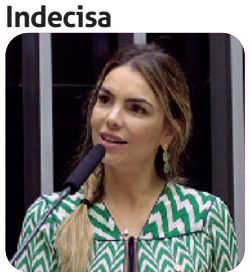
Flávia Arruda (PL)

Celina Leão (PP)

Bia Kicis (PSL)

Julio Cesar Ribeiro (Republicanos)

Indecisa



Paula Belmonte (Cidadania)

VOTOU CONTRA A CATEGORIA

CONGRESSO NACIONAL

Fundeb (PL 4372/2020)

O projeto regulamentava o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, tornado permanente pela EC 108/20. O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica no país. Entretanto, o projeto foi descaracterizado na Câmara dos Deputados. Nele, foi inserida emenda da deputada Soraya Santos (PL-RJ) que destinava 10% dos recursos do fundo para a iniciativa privada. A alteração foi retirada no Senado e, ao voltar para a Câmara, o texto foi aprovado sem os recursos para o setor privado.

Autoria: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e outros

Câmara dos Deputados

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

Erika Kokay (PT)

Prof. Israel (PSB)

VOTOU CONTRA A CATEGORIA

Luis Miranda (Republicanos)

Celina Leão (PP)

Paula Belmonte (Cidadania)

Júlio Cesar Sibeiro (Republicanos)

Bia Kicis (PL)

Senado Federal

(Votação simbólica)

Regulamentação do *homeschooling* (PL 3179/2012)

O PL altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permitindo que a educação básica (ensino fundamental e médio) seja oferecida em casa, sob responsabilidade dos pais ou tutores legais. O projeto resulta na queda da qualidade do aprendizado, já que o estudante não tem acesso às diferentes visões de mundo proporcionadas pelo convívio em ambiente escolar. Segundo a CNTE, entre as graves consequências do *homeschooling*, está a redução de "investimentos públicos em infraestrutura e em contratação de pessoal nas escolas e em outras áreas de proteção da infância e da juventude no Brasil". O texto base do PL foi aprovado pela Câmara dos Deputados e está no Senado Federal para votação.

Autoria: Deputado Lincoln Portela (PL-MG)

Câmara dos Deputados

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

Erika Kokay (PT)

Prof. Israel (PSB)

VOTOU CONTRA A CATEGORIA

Bia Kicis (PL)

Celina Leão (PP)

Flávia Arruda (PL)

Júlio Cesar Sibeiro (Republicanos)

Luis Miranda (Republicanos)

Paula Belmonte (Cidadania)

Laerte Bessa (PL) - Fora de exercício

Reforma do Ensino Médio

O novo Ensino Médio não teve como objetivo trazer o jovem para a escola, mas tornar a educação tecnicista, alijada da formação do pensamento crítico, além de formar jovens para serem, unicamente, mão de obra barateada para o mercado. A proposta, que começou a ser implementada neste ano, é oriunda da medida provisória 746/16, legado do governo Michel Temer, e foi transformada na Lei nº 13.415/2017 em um processo marcado pela falta de diálogo, à toque de caixa.

Autoria: Poder Executivo (governo Michel Temer)

Câmara dos Deputados

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

Erika Kokay (PT)

Roney Nemer (PP)

Alberto Fraga (DEM)

Augusto Carvalho (Solidariedade)

Izalci Lucas (PSDB)

Laerte Bessa (PR)

Ronaldo Fonseca (PROS)

VOTOU CONTRA A CATEGORIA

Senado Federal

Reguffe (União)

Cristóvam Buarque (PPS)

Hélio José (PROS)

Educação como atividade essencial (PL nº 5.595/2020)

O Projeto de Lei tem o objetivo de impedir a suspensão de aulas presenciais em quaisquer contextos de pandemia, emergência ou calamidade, o que coloca a vida de professores(as), orientadores(as) educacionais, estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar em risco. Na realidade, o que o PL almeja é dar fim ao direito de greve. O PL aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Autoria: Paula Belmonte (Cidadania-DF) e outros

Câmara dos Deputados

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

Erika Kokay (PT)

Roney Nemer (PP)

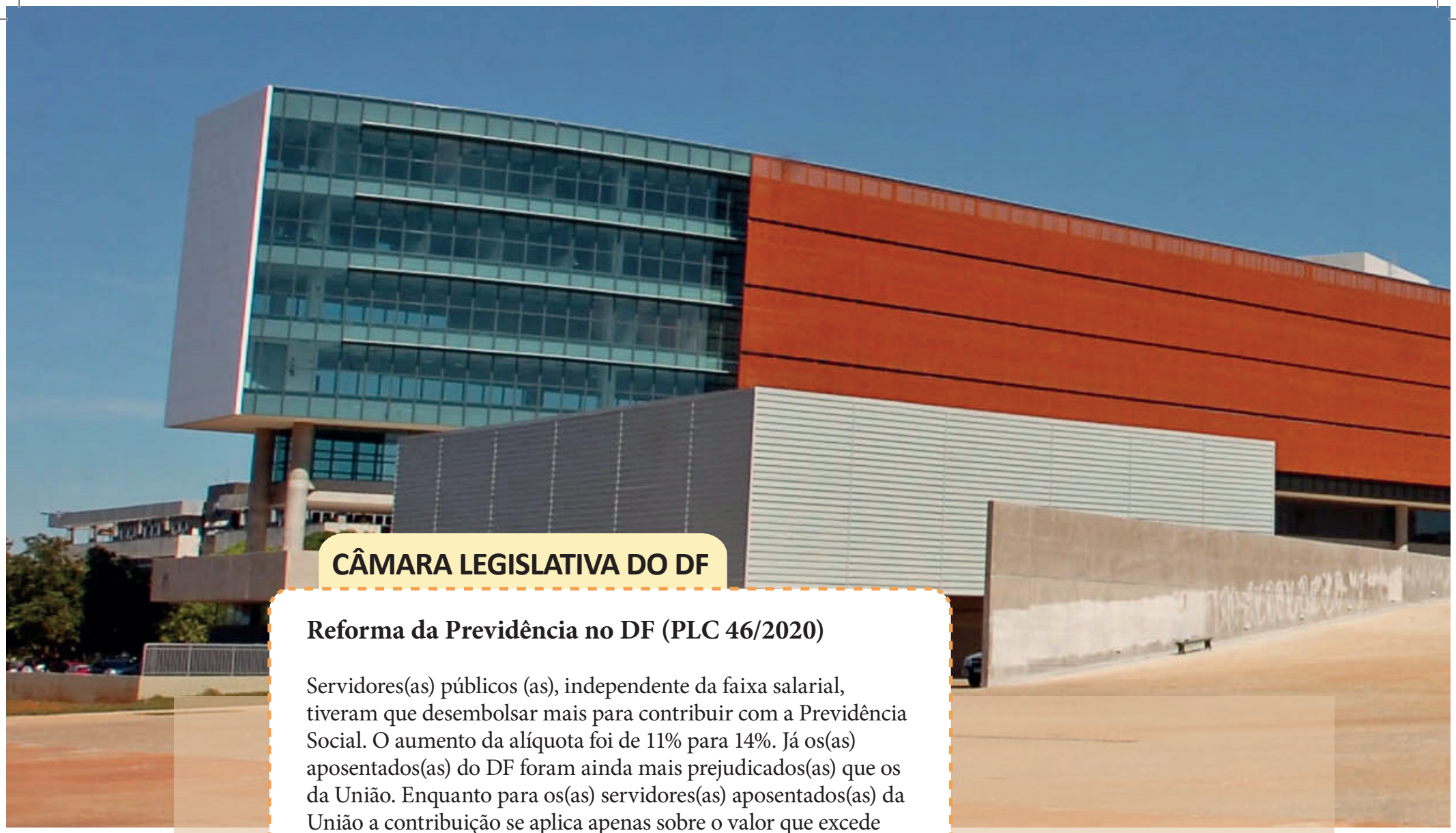
VOTOU CONTRA A CATEGORIA

Bia Kicis (PL)

Júlio Cesar Sibeiro (Republicanos)

Luis Miranda (Republicanos)

Paula Belmonte (Republicanos)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DF

Reforma da Previdência no DF (PLC 46/2020)

Servidores(as) públicos (as), independente da faixa salarial, tiveram que desembolsar mais para contribuir com a Previdência Social. O aumento da alíquota foi de 11% para 14%. Já os(as) aposentados(as) do DF foram ainda mais prejudicados(as) que os da União. Enquanto para os(as) servidores(as) aposentados(as) da União a contribuição se aplica apenas sobre o valor que excede o teto do INSS (R$ 7.087,22), no DF, a contribuição deve ser feita em 11% sobre o que ultrapassa o salário mínimo (R$ 1.212) e 14% sobre o que ultrapassar o RGPS (R$ 7.087,22).

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

Arlete Sampaio (PT)

Chico Vigilante (PT)

Fábio Felix (PSOL)

Reginaldo Veras (PV / ex-PDT)

Leandro Grass (PV / ex-Rede)

Jorge Vianna (PSD / ex-Podemos)

João Cardoso (Avante)

Reginaldo Sardinha (PL / ex-Avante)

VOTOU CONTRA A CATEGORIA

Cláudio Abrantes
(PSD / ex-PDT)

Daniel Donizet
(PL / ex-PSDB)

Fernando Fernandes
(Pros)

Delmasso
(Republicanos)

Eduardo Pedrosa
(União Brasil / ex-PTC)

Iolando Almeida
(MDB / ex-PSC)

Jaqueline Silva
(Agir / ex-PTB)

José Gomes
(PP / ex-PSB)

Júlia Lucy
(União Brasil / ex-Novo)

Martins Machado
(Republicanos)

Rafael Prudente
(MDB)

Roosevelt Vilela
(PL / ex-PSB)

Robério Negreiros
(PV / ex-PDT)

Valdelino Barcelos
(PP)

Hermeto (MDB)

Suspensão da militarização (PDL 8/2019)

O decreto legislativo, com três artigos, previa a suspensão da Portaria Conjunta 1/2019, que trata do convênio firmado entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública para a presença dos policiais militares nas escolas. A militarização das escolas foi feita via decreto do governador Ibaneis Rocha.

Autoria: Leandro Grass (PV / ex-Rede)

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

Arlete Sampaio (PT)

Chico Vigilante (PT)

Fábio Felix (PSOL)

Leandro Grass
(PV / ex-Rede)

Reginaldo Veras
(PV / ex-PDT)

VOTOU CONTRA A CATEGORIA

Cláudio Abrantes
(PSD / ex-PDT)

Daniel Donizet
(PL / ex-PSDB)

Delmasso
(Republicanos)

Hermeto (MDB)

Iolando Almeida
(MDB / ex-PSC)

Jaqueline Silva
(Agir / ex-PTB)

José Gomes
(PP / ex-PSB)

Jorge Viana
(PSD / ex-Podemos)

Júlia Lucy
(União Brasil / ex-Novo)

Martins Machado
(Republicanos)

Reginaldo Sardinha
(PL / ex-Avante)

Roosevelt Vilela
(PL / ex-PSB)

Telma Rufino (Pros)

Valdelino Barcelos
(PP)

Rafael Prudente
(MDB)

Ausentes

Agaciel Maia (PL)

Eduardo Pedrosa
(União Brasil / ex-PTC)

João Cardoso (Avante)

Robério Negreiros (PSD)

Ensino Domiciliar (PL 1268/2020)

Conhecido como *homeschooling*, a proposta do ensino domiciliar foi proibida pelo STF em 2018. O projeto prejudica a socialização das crianças e adolescentes, além de privá-las dos papéis complementares da educação, como acionar direitos sobre situações de ameaças à saúde física e emocional. A proposta de ensino domiciliar também menospreza a qualificação profissional da categoria do magistério e nega a pedagogia como ciência. Segundo a CNTE, entre as graves consequências do *homeschooling* está a redução de "investimentos públicos em infraestrutura e em contratação de pessoal nas escolas e em outras áreas de proteção da infância e da juventude no Brasil".

O texto aprovado é um substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça ao PL nº 356/2019, do deputado João Cardoso (Avante), do PL nº 1.167/2020, dos deputados Júlia Lucy (União Brasil / ex-Novo), Delmasso (Republicanos) e Eduardo Pedrosa (União Brasil / ex-PTC); e ao PL nº 1.268/2020, do Poder Executivo.

VOTOU A FAVOR DA CATEGORIA

Arlete Sampaio (PT)

Chico Vigilante (PT)

Fábio Felix (PSOL)

Leandro Grass (PV / ex-Rede)

Reginaldo Veras (PV / ex-PDT)

VOTOU CONTRA A CATEGORIA

Agaciel Maia (PL)

Daniel Donizet (PL / ex-PSDB)

Fernando Fernandes (Pros)

João Cardoso (Avante)

José Gomes (PP / ex-PSB)

Júlia Lucy (União Brasil / ex-Novo)

Martins Machado (Republicanos)

Reginaldo Sardinha (PL / ex-Avante)

Valdelino Barcelos (PP)

Delmasso (Republicanos)

PAUTAS BOMBA DA CLDF

Transferência de recursos da educação pública para a educação privada

Bolsa do Estudante (PL 852/2016)

Ao invés de investir na construção de escolas públicas, o projeto institui o Programa Bolsa do Estudante, que firma convênio entre o GDF e instituições particulares de educação para atender alunos do nível fundamental e médio. O projeto permite que escolas privadas sejam subsidiadas com dinheiro público.

Autoria: Rafael Prudente (MDB)

Voucher da Educação (PL 1380/2020)

Ao invés de defender o investimento na educação pública, o projeto institui um *voucher* para que mães, pais ou responsáveis pelo estudante matriculem seus filhos em escolas privadas. Com isso, assim como o Bolsa do Estudante, o projeto permite que escolas privadas sejam subsidiadas com dinheiro público.

Autoria: Júlia Lucy (União Brasil / ex-Novo)

Tramitação

Os PLs 852/2016 e 1380/2020 tramitam em conjunto. As propostas estão prontas para entrar na pauta, mas não têm previsão de votação.

Projetos da mordaça

Os projetos estão na linha do Escola Sem Partido, que censura professores(as). Embora com a nomenclatura impactante, o pano de fundo dos PLs é o de censurar o debate sobre sexualidade, o que impede a escola de ser mais um espaço de denúncia de abusos sexuais, realizados, sobretudo, no ambiente doméstico. O projeto chega a ser uma acusação criminosa contra a categoria do magistério público do DF, uma vez que sugere que a pornografia e a sexualização precoce nas escolas é uma prática.

Educação presencial como atividade essencial (PL 1617/2020)

Projeto tem como pano de fundo o impedimento de greves e paralisações de professores(as) e orientadores(as) educacionais, mesmo em situações de calamidade pública, emergência, epidemia ou pandemia. Na realidade, o que o PL almeja é dar fim ao direito de greve, assim como o PL 5595/2020, de mesmo teor, que tramita na Câmara dos Deputados.

Autoria: Júlia Lucy (União Brasil / ex-Novo)

Tramitação

O deputado Leandro Grass apresentou parecer pela rejeição do projeto na Comissão de Educação e Saúde, mas o texto ainda não foi apreciado. O projeto chegou a ser incluído em pauta no Plenário, mas foi retirado após discussão e mobilização dos deputados da base de oposição ao governo. O PL ainda está em tramitação, apesar de parado.

Infância sem Pornografia (PL 158/2017)

Proíbe divulgação ou o acesso de crianças e adolescentes a imagens, músicas, textos e conteúdos pornográficos, obscenos ou impróprios ao desenvolvimento psicológico do estudante. Órgãos genitais, por exemplo, estão no rol de conteúdos impróprios.

Proibição da exposição de crianças de até 12 anos a danças que aludam à sexualização precoce (PL 781/2019)

Proíbe, no âmbito da escola, danças que aludam à sexualização precoce, além de proibir, também, a promoção, ensino e permissão, pelas autoridades da rede de ensino, da prática de danças cujos conteúdo ou movimentos sujeitem a criança à exposição sexual.

Autoria: Rodrigo Delmasso (Republicanos)

Tramitação

Rejeitados pela presidenta da Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC), Arlete Sampaio. Entretanto, os projetos foram aprovados com a presença de suplentes. Os PL's estão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e tem o deputado Martins Machado como relator.

ORIENTAÇÕES DE BANCADA NO CONGRESSO NACIONAL

Orientação de bancada é o indicativo dado pelo líder aos(às) parlamentares que integram um partido político ou bloco parlamentar, para que eles se posicionem ou votem determinado projeto. Por isso, também é importante saber como o partido do(a) seu(sua) candidato(a) se posicionou em temas importantes à classe trabalhadora e à educação.

Teto de Gastos (EC 95) Congelamento de investimentos

PT	CONTRA
PCdoB	CONTRA
PSOL	CONTRA
REDE	CONTRA
DEM	A FAVOR
PHS	A FAVOR
PMDB	A FAVOR
PP	A FAVOR
PR	A FAVOR
PRB	A FAVOR
PRP	A FAVOR
PSC	A FAVOR
PSD	A FAVOR
PSDB	A FAVOR
PSL	A FAVOR
PTB	A FAVOR
PTN	A FAVOR
PV	A FAVOR
SOLIDARIEDADE	A FAVOR
PDT	LIBERARAM
PEN	LIBERARAM
PMB	LIBERARAM
PPS	LIBERARAM
PROS	LIBERARAM
PSB	LIBERARAM
PTdoB	LIBERARAM

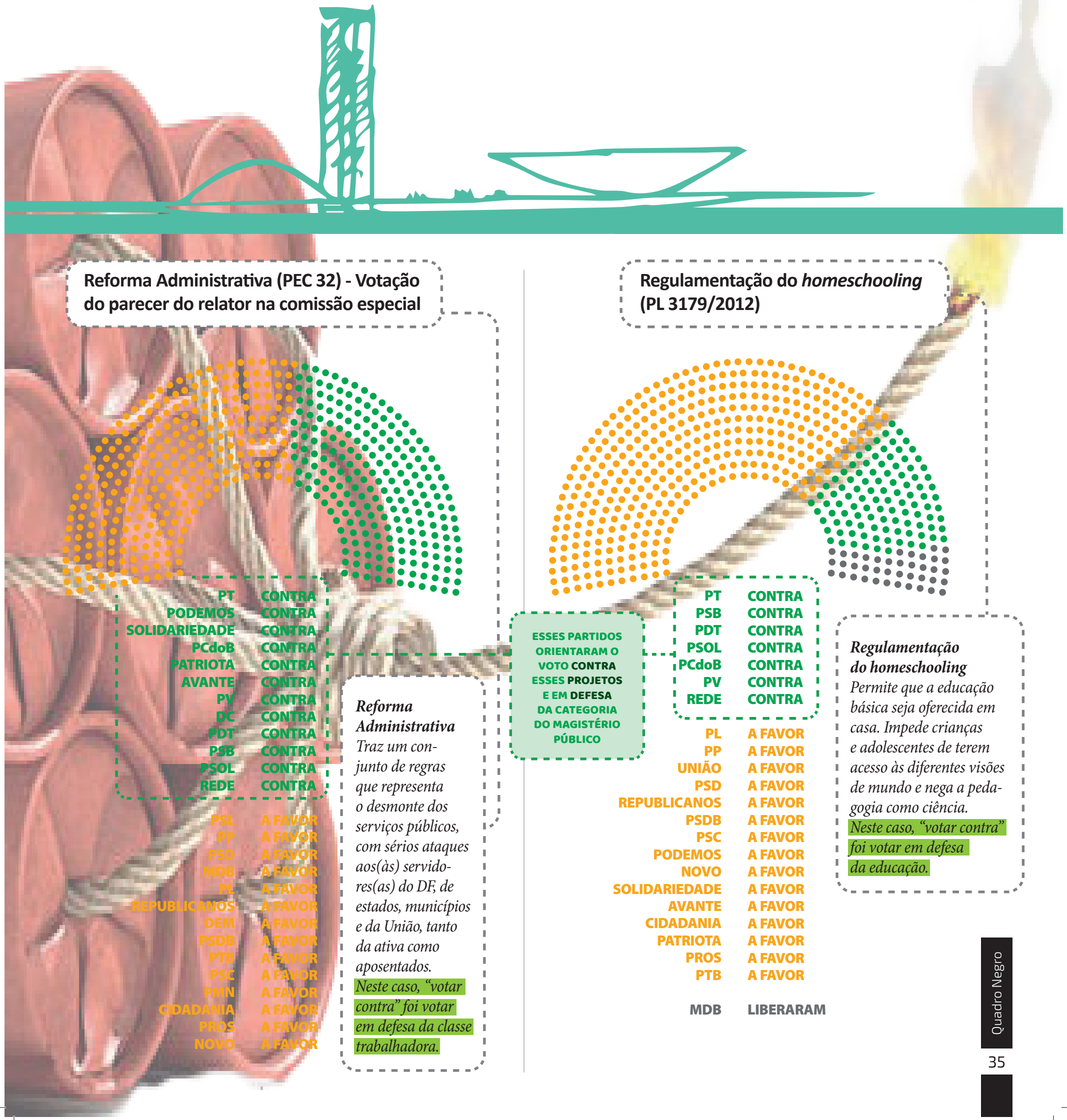
Teto de gastos – EC 95
Também conhecida como "PEC da Morte", congelou investimentos em áreas sociais por 20 anos. Neste caso, "votar contra" foi votar em defesa da classe trabalhadora.

ESSES PARTIDOS ORIENTARAM O VOTO CONTRA ESSES PROJETOS E EM DEFESA DA CATEGORIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

Reforma da Previdência

PT	CONTRA
PCdoB	CONTRA
PSOL	CONTRA
PMN	CONTRA
REDE	CONTRA
PSL	A FAVOR
PL	A FAVOR
PP	A FAVOR
PSD	A FAVOR
MDB	A FAVOR
DEM	A FAVOR
PSDB	A FAVOR
SOLIDARIEDADE	A FAVOR
PTB	A FAVOR
PODEMOS	A FAVOR
CIDADANIA	A FAVOR
NOVO	A FAVOR
PSC	A FAVOR
AVANTE	A FAVOR
PATRIOTA	A FAVOR
PHS	A FAVOR
PSB	LIBERARAM
PDT	LIBERARAM
PROS	LIBERARAM
PV	LIBERARAM

Reforma da Previdência
Impôs mais tempo de contribuição, tornou a aposentadoria integral inatingível, diminuiu o benefício da aposentadoria e retirou/alterou direitos sociais. No DF, aumentou a alíquota de contribuição de 11% para 14%. Neste caso, "votar contra" foi votar em defesa da classe trabalhadora.



Reforma Administrativa (PEC 32) - Votação do parecer do relator na comissão especial

PT	CONTRA
PODEMOS	CONTRA
SOLIDARIEDADE	CONTRA
PCdoB	CONTRA
PATRIOTA	CONTRA
AVANTE	CONTRA
PV	CONTRA
DC	CONTRA
PDT	CONTRA
PSB	CONTRA
PSOL	CONTRA
REDE	CONTRA
PSL	A FAVOR
PP	A FAVOR
PSD	A FAVOR
MDB	A FAVOR
PL	A FAVOR
REPUBLICANOS	A FAVOR
DEM	A FAVOR
PSDB	A FAVOR
PTB	A FAVOR
PSC	A FAVOR
PMN	A FAVOR
CIDADANIA	A FAVOR
PROS	A FAVOR
NOVO	A FAVOR

ESSES PARTIDOS ORIENTARAM O VOTO **CONTRA** ESSES **PROJETOS** E EM **DEFESA** DA CATEGORIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

Reforma Administrativa

Traz um conjunto de regras que representa o desmonte dos serviços públicos, com sérios ataques aos(às) servidores(as) do DF, de estados, municípios e da União, tanto da ativa como aposentados.

Neste caso, "votar contra" foi votar em defesa da classe trabalhadora.

Regulamentação do *homeschooling* (PL 3179/2012)

PT	CONTRA
PSB	CONTRA
PDT	CONTRA
PSOL	CONTRA
PCdoB	CONTRA
PV	CONTRA
REDE	CONTRA
PL	A FAVOR
PP	A FAVOR
UNIÃO	A FAVOR
PSD	A FAVOR
REPUBLICANOS	A FAVOR
PSDB	A FAVOR
PSC	A FAVOR
PODEMOS	A FAVOR
NOVO	A FAVOR
SOLIDARIEDADE	A FAVOR
AVANTE	A FAVOR
CIDADANIA	A FAVOR
PATRIOTA	A FAVOR
PROS	A FAVOR
PTB	A FAVOR
MDB	LIBERARAM

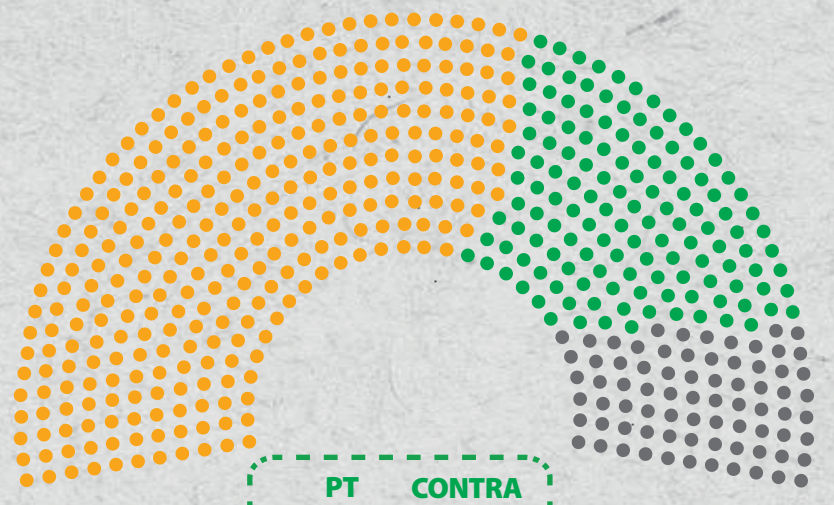
Regulamentação do homeschooling

Permite que a educação básica seja oferecida em casa. Impede crianças e adolescentes de terem acesso às diferentes visões de mundo e nega a pedagogia como ciência.

Neste caso, "votar contra" foi votar em defesa da educação.

ORIENTAÇÕES DE BANCADA NO CONGRESSO NACIONAL

Reforma do Ensino Médio



PT	CONTRA
PDT	CONTRA
PDdoB	CONTRA
PSOL	CONTRA
REDE	CONTRA
PMB	CONTRA

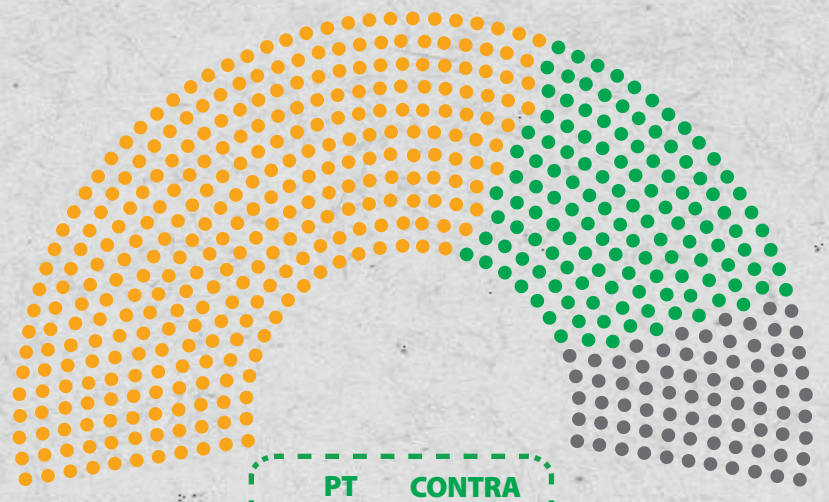
PP	A FAVOR
PYB	A FAVOR
PSC	A FAVOR
MDB	A FAVOR
PEN	A FAVOR
PSDB	A FAVOR
PR	A FAVOR
PSD	A FAVOR
DEM	A FAVOR
PRB	A FAVOR
SOLIDARIEDADE	A FAVOR
PPS	A FAVOR
PHS	A FAVOR
PROS	A FAVOR
PV	A FAVOR

PTN	LIBERARAM
PTdoB	LIBERARAM
PSL	LIBERARAM

Reforma do Ensino Médio
Torna a educação tecnicista. Forma jovens para serem mão de obra barateada para o mercado.
Neste caso, "votar contra" foi votar em defesa da educação.

ESSES PARTIDOS ORIENTARAM O VOTO CONTRA ESSES PROJETOS E EM DEFESA DA CATEGORIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

Educação como atividade essencial (PL 5595/2020*



PT	CONTRA
REDE	CONTRA
PCdoB	CONTRA
PSOL	CONTRA
PDT	CONTRA
PSB	CONTRA

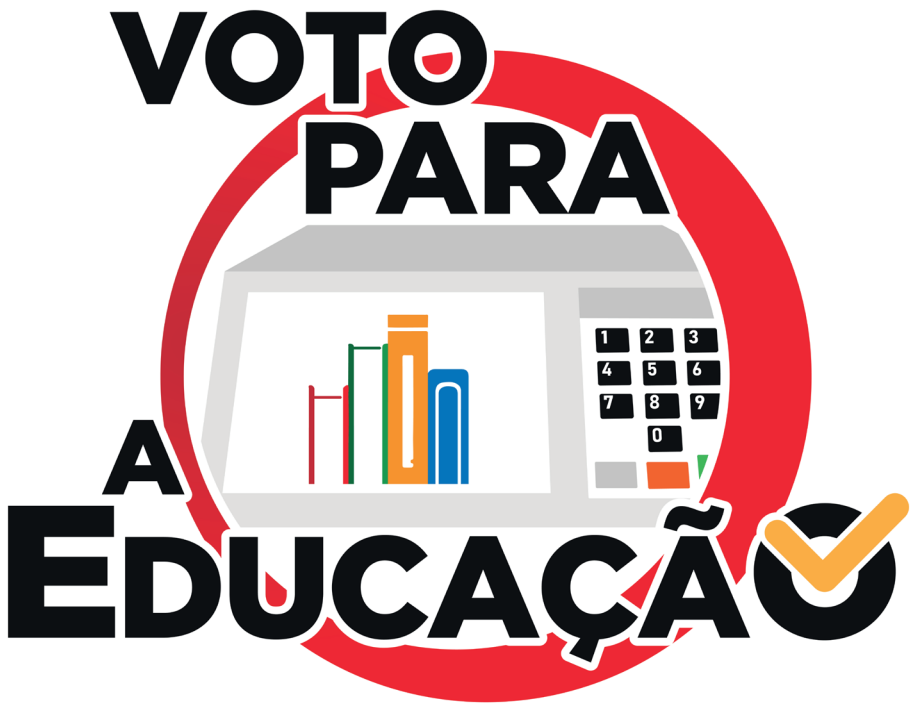
PATRIOTA	A FAVOR
CIDADANIA	A FAVOR
NOVO	A FAVOR
AVANTE	A FAVOR
PROS	A FAVOR
PSC	A FAVOR
PTB	A FAVOR
PODEMOS	A FAVOR
PSDB	A FAVOR
PL	A FAVOR
PP	A FAVOR
PSD	A FAVOR
MDB	A FAVOR
PSL	A FAVOR

SOLIDARIEDADE	LIBERARAM
DEM	LIBERARAM
REPUBLICANOS	LIBERARAM

Reforma do Ensino Médio Educação como atividade essencial
Impede a suspensão de aulas presenciais em quaisquer contextos de pandemia, emergência ou calamidade. Objetiva dar fim ao direito de greve.
Neste caso, "votar contra" foi votar em defesa da educação.

***Tramitou na Câmara dos Deputados. Aguarda apreciação do Senado**

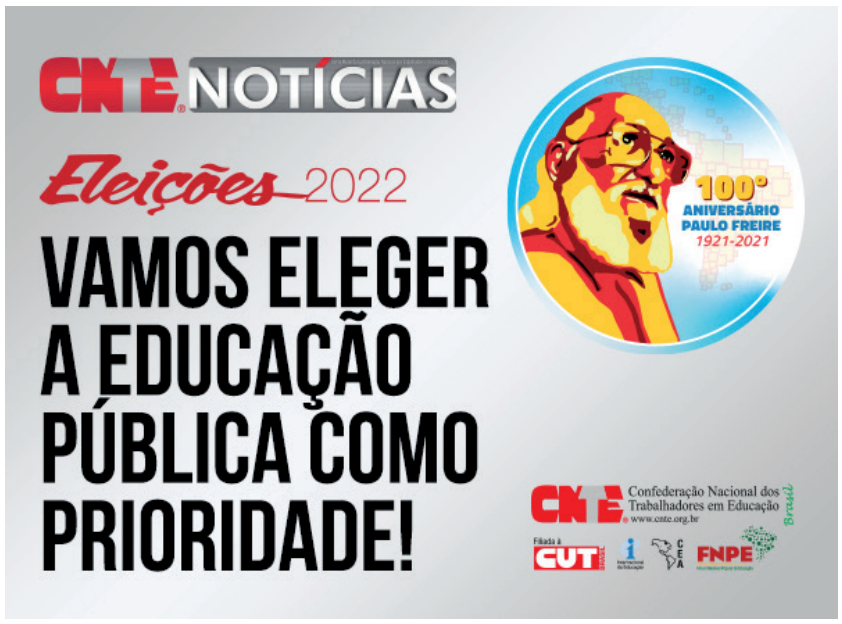
Campanha do Sinpro defende eleição de quem luta para a educação pública



Às vésperas de um dos mais importantes processos eleitorais da história, o Sinpro lança a campanha: ***Nas eleições, vote para a educação!.*** Além de chamar atenção sobre a importância da educação para o país, o objetivo da campanha é mostrar ao(à) eleitor(a) como candidatos(as) à presidência da República, ao GDF e ao Senado Federal abordam o setor, quais propostas apresentam e como se posicionaram quando a educação pública esteve em pauta.

Acesse o QRCode e veja mais sobre a campanha

CNTE apresenta pautas centrais para a educação pública



A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) lançou documento que apresenta às comunidades escolares pautas centrais de interesse da educação pública e de seus profissionais. O material é voltado às eleições gerais de 2022, e tem como objetivo promover, nas escolas e com candidatos e candidatas, debates sobre qual educação pública o Brasil quer.

O documento apresenta 11 pontos principais, divididos entre "o que defendemos" e "o que não defendemos". Escola inclusiva, integral na etapa obrigatória (4 a 17 anos) para todos(as); Gestão Democrática e Currículo Emancipador e PNE estão entre os pontos defendidos pela CNTE. Já na relação de iniciativas não defendidas pela Confederação, estão cortes e contingenciamentos orçamentários; gestão privada; Reforma do Ensino Médio; militarização das escolas pública e educação domiciliar (*homeschooling*).

Acesse o QRCode e veja o documento "Vamos eleger a educação pública como prioridade" completo.

Crédito: Caio Gomez

Nas eleições, não caia em fake news

Manipular informações ou criar situações de maneira coordenada em benefício próprio ou de um grupo não é novidade na história, sobretudo quando o tema são eleições. Com o advento da internet e a utilização de novas tecnologias, esse processo ganhou corpo, já que a disseminação é feita com poucos cliques, instantaneamente e em grande escala. Foi dessa forma que a desinformação, chamada popularmente como *fake news*, foi escancarada nas eleições de 2018, ganhou espaço no debate público e, pela primeira vez, foi inserida também no campo institucional.

Kit gay, mamadeira de piroca, a urna que sugeria Haddad após o eleitor digitar "1" foram algumas das *fake news* que ajudaram a decidir o voto da população brasileira. Com isso, as eleições perderam a integridade e foi retirado do povo a liberdade de escolher livremente.

Para que isso não se repita, ou ao menos os danos sejam mitigados, é necessário seguir algumas recomendações. Certamente que este tema

está longe de ficar restrito à atenção individual, cabendo também ao poder público e às decisões multissetoriais os caminhos democráticos para o combate às *fake news*.

Algumas iniciativas foram tomadas. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral), por exemplo, tem desenvolvido uma série de medidas voltadas ao combate da desinformação relacionada ao funcionamento do sistema eleitoral e à segurança das urnas eletrônicas. Já as *fake news* que são realizadas entre candidaturas continuam acontecendo sem medidas consolidadas de combate, sanção ou reparação. O STF (Supremo Tribunal Federal) também foi acionado, mas os processos não andaram como deveria, e ações ficaram restritas às instituições. Embora importantes, as ações realizadas até agora não são suficientes para combater a desinformação.

Enquanto as *fake news* são uma realidade, é importante que a população tome alguns cuidados antes de compartilhar conteúdos, principalmente quando esses materiais têm potencial de atingir direitos, como o das eleições livres.

VEJA ALGUMAS DICAS QUE PODEM AJUDAR A FREAR AS FAKE NEWS

1 – Ao receber um conteúdo, por mais que aquilo mexa com suas emoções, desconfie. Não compartilhe de imediato.

2 – Verifique a data de publicação do material e a fonte do conteúdo.

3 – Veja se o conteúdo que você recebeu está publicado em sites jornalísticos confiáveis. Não se prenda a apenas um veículo: pesquise em vários.

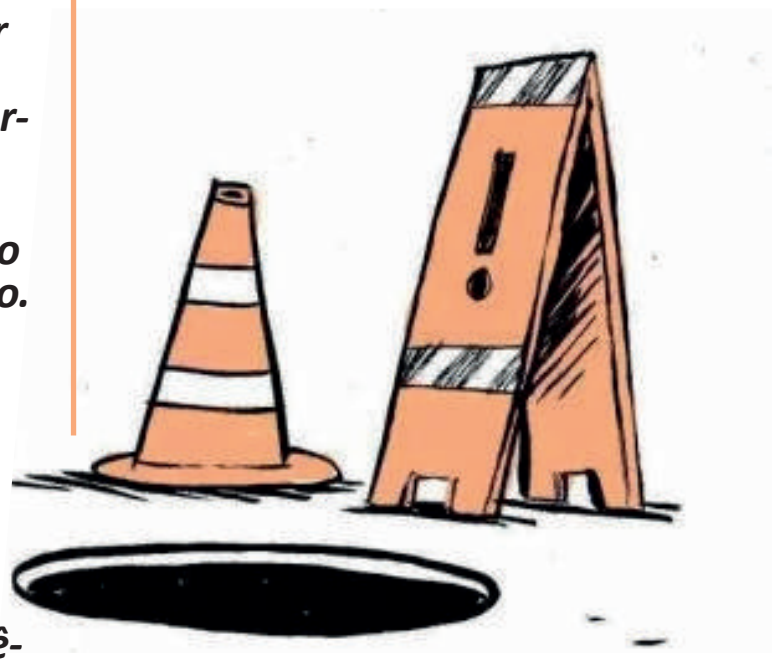
4 – Desconfie de manchetes polêmicas e de textos incoerentes.

5 – Não confie em trechos de supostas notícias. Confira a íntegra do material e contextualize a frase que chegou até você.

6 – Assim como textos, áudios e vídeos também são facilmente manipuláveis. Desconfie!

7 – Acesse agências de checagem para verificar se o conteúdo que você recebeu é um fato.

8 – Ao se deparar com uma fake news, denuncie. Existem vários espaços para isso: no site do TSE e nas próprias plataformas digitais, por exemplo.



É essencial ter consciência de que as saídas às fake news dependem de ações multissetoriais. Permitir que as plataformas digitais sozinhas ou que apenas os governos ditem as regras, é perigoso e ameaça a nossa liberdade de expressão. A sociedade civil também deve estar plenamente inserida nesse debate, com voz e voto.

Todas as quintas-feiras, o Sinpro divulga a programação de filmes da semana no site e nas redes sociais! Fique de olho!

Dia do Sinpro no CineCultura LIBERTY MALL

TODA QUINTA-FEIRA

Se você é sindicalizado(a) ao Sinpro, quinta-feira é o seu dia de ir ao cinema!

No Dia do Sinpro nos cinemas do shopping Liberty Mall, os(as) sindicalizados(as) pagam R$10,00 de entrada. E se levar um(a) acompanhante, ele(ela) também paga R$ 10,00.

Para aproveitar o Dia do Sinpro nos cinemas do Liberty Mall, você precisa ser sindicalizado(a) e apresentar a carteirinha válida, em versão física ou digital.

Se esquecer a carteirinha, pode apresentar o último contracheque com o desconto da contribuição sindical.